PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

AGO 2025

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

2. Comentário dos diretores - exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 09

2.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais: 09

b) Estrutura de capital 10

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos 10

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas 10

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez 10

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas 10

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados 12

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa 13

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor 13

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação 14

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro 14

2.3. a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2 15

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor 15

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venha a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) Introdução ou alienação do segmento operacional 15

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária 15

c) Eventos ou operações não usuais 15

2.5. Caso a Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de

juros e imposto de renda), o emissor deve: a) informar o valor das medições não contábeis; b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações 15

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente 16

2.7. Os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:
a) regras sobre retenção de lucros 16
b) regras sobre distribuição de dividendos 17
c) periodicidade das distribuições de dividendos 17
d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais 17
e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, Informar data e órgão responsável pela aprovação 17

2.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas DF, indicando:
a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens) 18

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 18

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, comentar:
a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor 18
b) Natureza e o propósito da operação 18
c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação 18

2.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:
a) Investimentos 18
b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor 19
c) Novos produtos e serviços 19

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 19

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Lucro líquido do exercício 2024 20

2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados 20

3. Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído 20

4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores 21

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados 21

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores 21

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
   a) lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores; e b) Dividendo e juros sobre o capital próprio distribuído nos três exercícios anteriores 21

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:
   a) Identificar o montante destinado a reserva legal 21
   b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal 21

9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos 21

10. Em relação do dividendo obrigatório:
   a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto 21
   b) Informar se ele está sendo pago integralmente 21
   c) Informar o montante eventualmente retido 21

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia. 23

12. Destinação de resultados para reserva de contingências 23

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar 23

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias 23

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital 23

16. Destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais 24

Cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas acima mencionadas e seus limites de constituição 24

Proposta de destinação do resultado do exercício a ser submetida à AGO 24

PROPOSTA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

- Nome dos indicados pelos controladores para membros do CA 26

- Nome dos indicados pelos controladores para membros do CF 26

- Informações dos membros indicados pelos controladores para o CA 26

- Currículo resumido dos indicados pelos controladores ao CA 29

- Nome dos indicados pelos minoritários e pelos preferencialistas para membros do CA 33

- Informações dos membros indicados pelos minoritários e pelos preferencialistas para o CA 33

- Currículo resumido dos indicados pelos minoritários e preferenciais para o CA 35

- Informações dos membros indicados pelos controladores para o CF 36

- Currículo resumido dos nomes que serão indicados pelos controladores para o CF 37

- Nome dos indicados pelos minoritários e preferenciais ao CF 38

- Informações dos membros indicados pelos minoritários e pelos preferencialistas para o CF 38

- Currículo resumido dos nomes que serão indicados pelos minoritários e pelos preferencialistas para membros do Conselho Fiscal 40

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO AOS ADMINISTRADORES

8.1. Prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês 42

a) Objetivos da prática de remuneração 43

b) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração 44

c) Composição da remuneração 45

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos 48

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor 48

8.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para

o presente exercício social, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal 49
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2022 49
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2023..... 50
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2024..... 51
- Remuneração prevista para o presente exercício de 2025 52

8.3. Remuneração variável dos membros do CA, Diretoria e CF 53
- Remuneração variável paga no exercício de 2022 53
- Remuneração variável paga no exercício de 2023 53
- Remuneração variável paga no exercício de 2024 54
- Remuneração variável prevista para 2025 54

8.4. Plano de remuneração baseado em ações da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente 55
a) Termos e condições gerais do Plano de Outorga de opções 55
b) Data de aprovação e órgão responsável 56
c) Número máximo de ações abrangidas 57
d) Número máximo de ações a serem outorgadas 57
e) Condições de aquisição de ações 57
f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício 57
g) Critério para fixação do prazo de exercício 57
h) Forma de liquidação 58
i) Restrições a transferência de ações 58
j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano 58
k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da companhia, sobre seus direitos previstos no plano de opções 58

8.5. Em relação a remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios e a prevista para o exercício social corrente 59
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2022 59
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2023 59
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2024 59
- Opções previstas para 2025 60

8.6. Outorgas de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios e a prevista para o presente exercício 60

8.7. Opções em aberto no final do último exercício 62

8.8. Em relação as opções exercidas nos 3 últimos exercícios sociais:
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2022 63
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2023 64
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2024 64

8.9. Em relação a remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, nos 3 últimos exercícios e prevista para o exercício atual 65

8.10. Outorgas de ações realizadas nos 3 últimos exercícios e prevista para o exercício atual 66

8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios 69

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:
a) Modelo de precificação 70
b) Dados e premissas utilizados 70
c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado 70
d) Forma de determinação da volatilidade esperada 71
e) Outra característica incorporada na mensuração do valor justo 71
Outras informações 71

8.13. Quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil e no exterior, por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, agrupadas por órgão 71

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários 72

8.15. Valor da maior, menor e média da remuneração dos administradores nos 3 últimos exercícios sociais 72

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a companhia 73

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos 74

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados 74

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e previsão para o exercício atual, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos 74

8.20. Outras informações que a companhia julga relevantes 75

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

2. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024:

2.1. Comentar sobre

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O mercado brasileiro de ônibus apresentou crescimento substancial em 2024, a partir da normalização do segmento de rodoviários e do avanço nos volumes de micros e Volares, com a retomada das entregas ao Caminho da Escola, após uma base mais fraca em 2023. As operações internacionais apresentaram, em conjunto, crescimento, com destaque para a operação australiana da Volgren e um princípio de retomada na controlada argentina Metalsur.

A recuperação de resultados do conjunto das operações internacionais, somada ao bom desempenho das operações brasileiras, com aumento de volumes e receita, permitiram à Marcopolo alcançar resultados recordes em 2024.

O ano começou em um ritmo lento de entregas, afetada especialmente pela queda de produção na Argentina e o forte volume de produção voltada ao Caminho da Escola no início de 2023, mas com resultados já alinhados à performance de margens vistas em 2024. A partir de abril, a Companhia observou um salto em volumes, com a base mais fraca de comparação em função da transição para o padrão de motorização Euro 6 em 2023. Em maio, a produção da Marcopolo foi afetada pela tragédia das enchentes e deslizamentos ocorridos no Rio Grande do Sul, com reflexos limitados em função da compensação que se seguiu e dos impactos mais restritos nas cidades onde estão localizadas nossas operações. O ritmo de produção seguiu se intensificando no 3T24 e 4T24, com recuperação da produtividade diária e boa performance das operações localizadas no exterior. Para fazer frente à demanda, a Companhia ampliou se quadro de pessoas, intensificando treinamentos em busca de maior eficiência ao longo de 2024.

Os mercados de rodoviários e de micros (incluindo, o segmento Volare) foram os destaques do ano, com crescimento substancial de volumes. A produção de urbanos surpreendeu negativamente, apresentando queda no Brasil em um ano que se mostrava promissor. O ótimo desempenho da australiana Volgren permitiu que o segmento mantivesse sua participação na distribuição de receita da Marcopolo. O programa Caminho da Escola contribuiu para os bons volumes em micros e Volares, com mais de 2.500 unidades entregues em 2024.

b) Estrutura de capital

Ao final do exercício de 2024, a dívida bruta da Companhia era de R$ 1.169,9 milhões no curto prazo e R$ 2.086,7 milhões no longo prazo. Em 31 de dezembro, a dívida bruta consolidada era composta por 44,8% em reais e 55,2% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. A Companhia estava financiada por 55,6% por capital próprio e 44,4% por capital de terceiros.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 0,1 vezes o *EBITDA* dos últimos 12 meses. A Companhia entende que o atual nível de endividamento líquido/EBITDA, apresenta capacidade de gerar caixa suficiente para o pagamento dos compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos 3 anos, a Companhia realizou operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC's), linhas de pré-embarque de exportações (Exim) e nota de crédito à Exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia vem utilizando, além de recursos próprios, linha de crédito junto à Finep para o financiamento de ativos não circulantes vinculados à projetos de inovação.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pré-pagamento de exportações (Exim).

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Moeda nacional				
FINAME	-	-	3.563	-
Empréstimos bancários	6,20	2027	9.117	4.818
Depósitos interfinanceiros	12,10	2024 a 2026	288.475	5.471
FINEP	5,76	2024 a 2034	9.940	286.700
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	30.000	30.696
Fundepar – ES	-	2036	87.445	30.000
Notas de créditos exportação - Compulsório	11,18	2027	3.234	149.162
Partes relacionadas	CDI	-		-
Moeda estrangeira				
Adiantamentos de contratos de câmbio	-	-	28.591	-
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,14	2026	1.635.224 1.791	40.231
Notas de créditos exportação – USD	4,28	2024 a 2028	-	964.575
Financiamento em randes	12,02	2024 a 2028	130.528	1.733
Financiamento em renminbi	6,09	2024	-	19.008
Financiamento em dólares australianos	6,09	2024	-	176.752
Financiamento em pesos mexicanos	5,07	2024		2.092
Financiamento em pesos argentinos	51,46	2026	2.227.908	1.647
Subtotal de moeda nacional e estrangeira				1.712.885
Captações no mercado aberto			871.267	

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado 2024	2023
Moeda nacional			4.346	
BNDES – Operações Pré-fixadas	15,70	2026 a 2029	152.465	627.400
BNDES – Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,30	2027		7.486
BNDES – Operações Pós-fixadas	-	-	1.028.078	-
BNDES – Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,38	2029		71.813
Subtotal de captações no mercado aberto			3.255.986	706.699
Subtotal de empréstimos e financiamentos			633	2.419.584
Instrumentos financeiros derivativos			3.256.619	657
Total de empréstimos e financiamentos			1.169.960	2.420.241
Passivo circulante			2.086.659 **2024**	721.163
Passivo não circulante			3.563	1.699.078

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado 2022	2021
Moeda nacional				
FINAME	3,59	2022 a 2025	1.037	2.674
Empréstimos bancários	11,46	2027	6.081	7.368
Depósitos interfinanceiros	21,36	2022 a 2026	4.808	19.494
FINEP	6,36	2022 a 2030	321.181	333.408
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	52.284	73.795
Fundepar – ES	-	2026	30.000	30.000
Notas de créditos exportação - Compulsório	13,43	2026	185.315	185.197
Partes relacionadas	CDI	-	-	-
Moeda estrangeira				
Adiantamentos de contratos de câmbio	1,71	2022	31.294	23.204
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,16	2022 a 2026	67.576	175.684
Notas de créditos exportação – USD	2,71	2022 a 2026	926.847	781.817
Financiamento em randes	8,62	2022 a 2026	776	5.332
Financiamento em renminbi	6,17	2022	24.732	18.107
Financiamento em dólares australianos	3,04	2022	183.574	161.324
Financiamento em pesos argentinos	29,83	2022	-	39.303
Avais	-	-	30.001	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.865.506	1.856.707
Captações no mercado aberto				
Moeda nacional				
BNDES – Operações Pré-fixadas	8,39	2026 a 2027	450.837	373.882
BNDES – Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,52	2026	21.317	41.816
BNDES – Operações Pós-fixadas	TJLP + 1,90	2024	1.236	22.685
BNDES – Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,79	2027	29.131	25.869
Subtotal de captações no mercado aberto			502.521	464.252
Subtotal de empréstimos e financiamentos			2.368.027	2.320.959
Instrumentos financeiros derivativos			975	921
Total de empréstimos e financiamentos			2.369.002	2.321.880
Passivo circulante			750.687	887.578
Passivo não circulante			1.618.315	1.434.302

Ao final de 2023, as parcelas de longo prazo tinham o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	2024	**2023**
De 13 a 24 meses	966.575	724.548
De 25 a 36 meses	458.125	542.681
De 37 a 48 meses	357.838	213.193
De 49 a 60 meses	190.283	101.344
Após 60 meses	113.838	117.312
	2.086.659	1.699.078

	Consolidado	
	2022	**2021**
De 13 a 24 meses	396.147	443.754
De 25 a 36 meses	579.596	285.711
De 37 a 48 meses	461.066	506.891
De 49 a 60 meses	74.173	93.650
Após 60 meses	107.333	104.296
	1.618.315	1.434.302

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Grau de Subordinação entre as Dívidas

		2024	**2023**	**2022**
1º	Dívidas trabalhistas	344.210	254.066	203.956
2º	Dívidas tributárias	261.160	135.036	140.557
3º	Empréstimos e financiamentos	3.256.619	2.420.241	2.369.002
4º	Demais dívidas	1.497.427	1.562.251	1.477.062
	Total da dívida circulante e não circulante	**5.359.416**	**4.371.594**	**4.190.577**

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de financiamento contratados em aberto.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A receita líquida consolidada alcançou R$ 8.593,8 milhões em 2024, 28,6% superior aos R$ 6.683,2 milhões do exercício de 2023. O substancial crescimento da receita reflete o incremento de vendas no Brasil, após uma fraca base de comparação estabelecida em 2023 em função da transição da motorização para o padrão Euro 6, e nas operações internacionais, com exceção de Argentina.

Em 2024, o lucro bruto totalizou R$ 2.131,4 milhões, representando 24,8% da receita líquida (R$ 1.538,6 milhões ou 23,0% da receita líquida em 2023). O incremento na margem bruta reflete a maior alavancagem operacional pelo crescimento da receita líquida, melhor mix de vendas com crescimento de vendas em modelos de maior valor agregado e melhor desempenho do conjunto das operações internacionais.

O lucro líquido de 2024 atingiu R$ 1.222,4 milhões, com margem líquida de 14,2%, contra R$ 810,8 milhões e margem líquida de 12,1% em 2023. O incremento dos resultados frente a 2023 é reflexo dos fatores detalhados no EBITDA e no resultado financeiro. O resultado representa recorde histórico, com crescimento de 50,8% no lucro líquido na comparação com 2023.

2.2.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As tabelas abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %):

2024	2023	2022
Rodoviários – 41,7%	Rodoviários – 37,9%	Rodoviários – 26,7%
Urbanos – 24,9%	Urbanos – 32,0%	Urbanos – 33,6%
Micros – 7,0%	Micros – 5,6%	Micros – 5,2%
Volare – 20,3%	Volare – 19,0%	Volare – 24,0%
Chassi – 0,8%	Chassi – 0,7%	Chassi – 5,9%
Bco. Moneo Peças, Outros – 5,4%	Bco. Moneo Peças, Outros – 4,8%	Bco. Moneo Peças, Outros – 4,7%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado financeiro foi afetado negativamente pela variação cambial gerada pela desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano sobre a carteira de pedidos em dólares. A Companhia realiza o hedge do câmbio das exportações no momento da confirmação dos pedidos de venda, assegurando a margem dos negócios. À medida que os produtos são entregues e faturados, a Companhia captura os efeitos da valorização ou desvalorização do Real em suas margens operacionais ou no resultado financeiro.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, inflação

O resultado financeiro foi afetado negativamente pela variação cambial gerada pela desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano sobre a carteira de pedidos em dólares. A Companhia realiza o hedge do câmbio das exportações no momento da confirmação dos pedidos de venda, assegurando a margem dos negócios. À medida que os produtos são entregues e faturados, a Companhia captura os efeitos da valorização ou desvalorização do Real em suas margens operacionais ou no resultado financeiro.

Os resultados apresentados nos últimos 3 anos foram influenciados por vários fatores como: PIB brasileiro, condições de financiamento, inclusive atreladas a taxa básica de juros, câmbio mais competitivo para as empresas exportadoras, alterações de regulamentação relativas à licitação de linhas, alterações de regulamentação relacionadas a acessibilidade e renovação da frota, o programa federal “Caminho da Escola”, e pela pandemia de Covid-19.

Os resultados também foram beneficiados pelo lançamento da Geração 8, nova família de produtos rodoviários que foi bem recebida pelo mercado.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O aço e o alumínio são os principais insumos metálicos no custo de produção da Marcopolo. No Brasil, os preços destes insumos aumentaram substancialmente entre 2020, 2021 e início de 2022, mostrando arrefecimento a partir da metade de 2022 e 2023.

O resultado financeiro líquido de 2024 foi positivo em R$ 13,0 milhões, contra um resultado também positivo de R$ 65,0 milhões em 2023.

O resultado financeiro foi afetado negativamente pela variação cambial gerada pela desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano sobre a carteira de pedidos em dólares. A Companhia realiza o hedge do câmbio das exportações no momento da confirmação dos pedidos de venda, assegurando a margem dos negócios. À medida que os produtos são entregues e faturados, a Companhia captura os efeitos da valorização ou desvalorização do Real em suas margens operacionais ou no resultado financeiro.

2.3.

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nada a destacar.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nada a destacar.

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia realizou vendas de seu ônibus integral elétrico em 2024 e lançou um veículo híbrido, com etanol. A partir do fortalecimento e representatividade de propulsões alternativas no Brasil, o setor pode se tornar relevante no futuro.

A Companhia lançou um veículo *motorhome* em 2024. Caso o segmento se desenvolva no Brasil, as vendas podem se tornar relevantes no futuro.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 22 de fevereiro de 2024, a Marcopolo comunicou ao mercado sobre a emissão de novas ações mediante a capitalização de reservas existentes em 31 de dezembro de 2023, com bonificação de 20% sobre a posição existente em 7 de março de 2024. O custo atribuído às novas ações foi de R$ 5,28.

Em 31 de julho de 2024, a Companhia informou ao mercado sobre reorganização societária de suas operações na Argentina, através da qual permutou a totalidade de sua participação na empresa argentina Metalpar Argentina S.A., equivalente a 50% de seu capital social, por 30% da Metalsur Carrocerias S.R.L., passando a deter 100% do capital social desta sociedade.

Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia comunicou a aprovação para aquisição, por USD 4 milhões, de 40% da empresa chilena Reborn Electric Motors SpA.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

2.5. Caso a Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA alcançou R$ 1.624,5 milhões em 2024, com margem de 18,9%, contra R$ 946,9 milhões e margem de 14,2% em 2023.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo destaca as contas que compõem o EBITDA:

R$ milhões	2024	2023

Resultado antes do IR e CS	1.470,6	865,5
Receitas Financeiras	-714,5	-722,2
Despesas Financeiras	701,5	657,2
Depreciações / Amortizações	166,9	146,4
EBITDA	**1.624,5**	**946,9**

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A divulgação do EBITDA é prática usual do mercado para companhias industriais. A divulgação do dado nos materiais da Companhia facilita a comunicação com o mercado e é métrica largamente utilizada por analistas.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Evento subsequente

(a) Em 22 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital por incorporação de reservas de lucros, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$ 1.000,0 milhões, mediante bonificação em ações na ordem de 20%, ou seja, 2 novas ações a cada 10 ações possuídas. As ações passam a ser negociadas ex-bonificação a partir do dia 08 de março de 2023.

(b) Em 22 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio, a razão de R$ 0,23 por ação representativa do capital social da companhia. Os valores dos juros, líquidos do imposto de renda na fonte, serão creditados na conta individualizada de cada acionista no dia 29 de fevereiro de 2024, com base nas posições dos acionistas em 29 de fevereiro de 2024, e serão pagos a partir do dia 12 de março de 2024, sendo que as ações da companhia, a partir do dia 1º de março de 2024, inclusive, serão negociadas ex-juros. Os juros em comento são imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do exercício de 2024 e de exercícios anteriores.

Em 20 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos, à razão de R$ 0,23 por ação representativa do capital social da companhia. Os valores dos dividendos serão creditados na conta individualizada de cada acionista com base nas posições dos acionistas em 26 de fevereiro de 2025, e serão pagos a partir do dia 06 de março de 2025, sendo que as ações da companhia, a partir do dia 27 de fevereiro de 2025, inclusive, serão negociadas ex-dividendos.

2.7. Destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre a retenção de lucros

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia:
Artigo 34.
Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para participação aos administradores referidos no Artigo 23 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;
b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;

c) o saldo remanescente do lucro líquido, por proposta da Administração, após a formação de reservas permitidas em lei que eventualmente venham a ser constituídas, será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas estatutárias: Reserva para futuro aumento de capital, para ser utilizada para futuro aumento de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social; Reserva para pagamento de dividendos intermediários, para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no Parágrafo 1º do Artigo 33 deste Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social; e Reserva para compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

Parágrafo 1º.:

Quando o saldo de qualquer uma das reservas, legal e/ou estatutárias, exceder, individualmente, o limite estatutário, mas no seu conjunto não exceder o limite de 100% do capital social, o valor excedente será distribuído para as demais reservas estatutárias que não tenham atingido o limite máximo estatutário, na mesma proporção estabelecida na letra "c" do caput deste Artigo 34.

Parágrafo 2º.:

Quando o saldo total das reservas de lucros (reserva legal e reservas estatutárias), exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, no seu conjunto, excederem ao limite de 100% do capital social, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Parágrafo 3º.:

A administração poderá, ainda, propor à Assembleia Geral a retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Artigo 34 (Estatuto Social) transcrito na letra "a" acima

c. Periodicidade da distribuição de dividendos

Anual, sempre que houver resultado positivo. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a distribuição trimestral de proventos, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

d. Eventuais restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há nenhuma restrição à distribuição de dividendos aplicável à Companhia.

e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A empresa possui uma política de remuneração dos acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração em 21.02.2013 e alterada em 20.02.2020 e em 27.02.2023. A íntegra da Política encontra-se no site da Companhia, da B3 e da CVM.

2.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para 2025, os principais investimentos previstos serão destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, para ampliação e automatização de linhas industriais, buscando a adaptação à produção e montagem também de ônibus elétricos e híbridos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos para 2025 serão financiados basicamente através da geração própria de caixa e linhas de financiamento concedidos pela FINEP.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2021, a Companhia apresentou a família de novos modelos de ônibus rodoviários da G8. A Companhia também realizou o lançamento de seu ônibus integral elétrico, o Attivi. Em 2024, a Companhia promoveu o lançamento de modelos inovadores, como o Volare Fly 12 e a apresentação do Volare Attack Híbrido; realizou a entrega dos primeiros veículos elétricos integrais Attivi e o homologou para rodar em diversas cidades no Brasil; reinaugurou o segmento de motorhomes no Brasil com o lançamento do Nomade, e avançou em vagões ferroviários com a entrega das composições que farão a conexão dos terminais do aeroporto de Guarulhos, SP.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia trabalha em novos projetos de produtos para 2025, e buscará junto ao FINEP linhas de financiamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2024, a Companhia promoveu o lançamento de modelos inovadores, como o Volare Fly 12 e a apresentação do Volare Attack Híbrido; realizou a entrega dos primeiros veículos elétricos integrais Attivi e o homologou para rodar em diversas cidades no Brasil; reinaugurou o segmento de motorhomes no Brasil com o lançamento do Nomade, e avançou em vagões ferroviários com a entrega das composições que farão a conexão dos terminais do aeroporto de Guarulhos, SP.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.8.c.ii.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia acredita em oportunidades de negócio associadas ao seu ônibus elétrico integral Attivi, bem como a seu veículo híbrido.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

PROPOSTA ADMINISTRAÇÃO
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Lucro líquido do exercício 2024: R$ 1.200.018.716,41 (Um bilhão, duzentos milhões, dezoito mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos).

2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

   Em 2024, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, tudo conforme segue:
   2.1.: Na reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2024, deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio a razão de R$0,23 por ação representativa do capital social, imputado ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício 2024;
   2.2.: Na reunião do dia 20 de maio de 2024, deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio a razão de R$0,10 por ação, imputado ao dividendo obrigatório, sendo R$0,06 por conta do exercício 2024 e R$0,04 por conta de exercícios anteriores;
   2.3.: Na reunião de 22 de agosto de 2024, deliberou o pagamento de dividendos a razão de R$0,082 por ação, por conta do exercício de 2024; R$0,031 a título de juros sobre o capital imputados aos dividendos por conta do exercício 2024, e R$0,051 a títulos de juros sobre o capital por conta de exercícios anteriores; e
   2.4.: Na reunião de 20 de novembro de 2024, deliberou o pagamento de dividendos à razão de R$0,077 por ação por conta do exercício 2024, e R$0,063 a título de juros sobre o capital próprio também por conta do exercício 2024;
   2.5.: Na reunião de 20 de fevereiro de 2025, deliberou o pagamento de dividendos à razão de R$0,23 por ação por conta do exercício 2024;
   Assim, o valor total dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos e declarados em 2024, resultou no montante de R$ 840.760.178,42 (oitocentos e quarenta milhões, setecentos e sessenta mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos), dos quais 580.671.741,95 (quinhentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) foram pagos em 12/03/2024, 10/06/2024, 06/09/2024 e 13/12/2024, e R$ 260.088.436,47 (duzentos e sessenta milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos) serão pagos em 07/03/2025. Do referido valor total, R$ 285.004.445,15 (duzentos e oitenta e cinco milhões, quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos) refere-se a dividendos obrigatórios por conta do exercício 2024; R$ 339.207.802,38 (trezentos e trinta e nove milhões, duzentos e sete mil, oitocentos e dois reais e trinta e oito centavos) refere-se a juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios por conta do exercício de 2024, e R$ 216.547.930,89 (duzentos e dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta reais e oitenta e nove centavos) refere-se a juros sobre o capital próprio imputados a dividendos por conta de exercícios anteriores.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

   O valor total dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo obrigatório declarados antecipadamente no exercício de 2024 foi de R$ 624.212.247,53 (seiscentos e vinte e quatro milhões, duzentos e doze mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos), e representa 52,02% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros representa 54,75% do lucro líquido do exercício.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

	2021	2022	2023	2024
Montante global bruto dos juros/ dividendos distribuídos	R$ 100,5	R$ 220,0	R$ 442,5	R$ 624,2
Valor bruto por ação dos juros/ dividendos distribuídos	R$ 0,107	R$ 0,2340	R$ 0,4700	R$ 0,5543
- Juros s/capital próprio	R$ 0,107	R$ 0,1420	R$ 0,4700	R$ 0,2473
- Dividendos	-	R$ 0,0920	-	R$ 0,3070

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

- Valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe: NÃO SE APLICA – Não há valor a informar, uma vez que os juros sobre o capital próprio e os dividendos relativos ao exercício de 2024, na sua totalidade, já foram declarados antecipadamente;
- Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio: NÃO SE APLICA, uma vez que não há valor a informar, conforme já informado na letra "a" deste item 5;
- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio: NÃO SE APLICA, uma vez que não há valor a informar;
- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio, considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: NÃO SE APLICA. Conforme já informado acima, todos os juros e dividendos já foram declarados antecipadamente, e creditados aos acionistas com base em posições acionárias anteriores a esta data.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores,

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados: O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ao exercício 2024 já foram declarados e aprovados antecipadamente, conforme abaixo especificado e referido no ítem 2 acima, restando a Assembleia apenas ratificar as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 22/02/2024, 20/05/2024, 22/08/2024, 20/11/2024 e 20/02/2025, que aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos no valor total de R$ 624.212.247,53 (Seiscentos e vinte e quatro milhões, duzentos e doze mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos);

b) Informar a data dos respectivos pagamentos:

Dividendos e Juros sobre o capital próprio 2024:
- Os Juros declarados em 22/02/2024 foram pagos em 12/03/2024;
- Os Juros declarados em 20/05/2024 foram pagos em 10/06/2024;
- Os juros e dividendos declarados em 22/08/2024 foram pagos em 06/09/2024;
- Os juros e dividendos declarados em 20/11/2024 foram pagos em 13/12/2024; e
- Os dividendos declarados em 20/02/2025 serão pagos em 07/03/2025.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores; e b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos três exercícios anteriores:

Nos exercícios sociais de 2021, 2022, 2023 e 2024, os valores por ação relativos ao lucro líquido e aos juros e dividendos pagos pela Companhia, tanto para as ações ordinárias escriturais como para as ações preferenciais escriturais, são os seguintes:

	2021	2022	2023	2024
Valor por ação do lucro líquido	R$ 0,390	R$ 0,477	R$ 0,866	R$ 1,099
Valor por ação dos juros/dividendos	R$ 0,107	R$ 0,2340	R$ 0,470	R$ 0,554
- Juros s/capital próprio	R$ 0,107	R$ 0,1420	R$ 0,470	R$ 0,247
- Dividendos	-	R$ 0,0920	-	R$ 0,307

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

   a) Identificar o montante destinado a reserva legal: R$ 60.000.935,82 (Sessenta milhões, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

   b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal: 5% do lucro de R$ 1.200.018.716,41 (Um bilhão, duzentos milhões, dezoito mil, setecentos e dezesseis reais e quarente e um centavos).

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

   a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

   b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos;

   c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

   d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

   e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferenciai de cada classe:

   NÃO SE APLICA. O capital da Companhia é distribuído em ações ordinárias escriturais e ações preferenciais escriturais, e todas tem direito de receber 25%, no mínimo, do remanescente do lucro líquido, após as deduções legalmente previstas, para pagamento de dividendos (a título de dividendo obrigatório). As ações preferenciais de emissão da companhia recebem o mesmo valor de dividendos pagos às ações ordinárias de emissão da Companhia.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

   a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

   Artigo 34 (do Estatuto Social)
   Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para participação aos administradores referidos no Artigo 23 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:
   a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;

   b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;

   c) Informar se ele está sendo pago integralmente: O valor total dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, pago nos últimos anos pela Companhia, ultrapassa em muito o mínimo obrigatório. Em 2021 representou 29,03% do lucro líquido; em 2022 52,67%; em

2023 representou 30,64% do lucro líquido do exercício após dedução do incentivo fiscal; e, em 2024, representou 52,02% do lucro líquido do exercício após dedução do incentivo fiscal;

d) Informar o montante eventualmente retido: NÃO SE APLICA – Não foram retidos quaisquer valores

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: NÃO SE APLICA, pois não houve retenção.

a) Informar o montante da retenção: NÃO HOUVE RETENÇÃO

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise e liquidez, ao capital de giro de fluxos de caixa positivos: NÃO HOUVE RETENÇÃO

c) Justificar a retenção dos dividendos: NÃO HOUVE RETENÇÃO

12. Havendo destinação do resultado para reserva de contingências: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

a) Identificar o montante destinado à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

c) Explicar por que a perda foi considerada provável: NAÕ HOUVE DESTINAÇÃO

d) Justificar a constituição da reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

No exercício de 2024 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e nem para Reserva de lucros a realizar.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

No exercício de 2024 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e nem para Reserva de lucros a realizar.

14.Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva: VER ABAIXO (Art. 34)

b) Identificar o montante destinado a reserva: VER ÍTEM 3 ACIMA;

c) Descrever como o montante foi calculado: VER ÍTEM 3 ACIMA;

No exercício de 2024 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e nem para Reserva de lucros a realizar. Foi destinado o valor de R$ 775.893.969,53 para as reservas estatutárias (Reserva para Futuro aumento de capital), conforme já especificado no inciso III, do item 17 abaixo.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: NÃO HOUVE RETENÇÃO

a) Identificar o montante da retenção: NÃO HOUVE RETENÇÃO

b) Fornecer cópia do orçamento de capital: NÃO HOUVE RETENÇÃO

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

a) Informar o montante destinado a reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

b) Explicar a natureza da destinação: Com base no artigo 30 da lei 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar 160 de 2017, o Governo concedeu o incentivo fiscal através da redução de alíquota de ICMs.

No exercício de 2024 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e nem para Reserva de lucros a realizar.

Cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas acima, e seus limites de constituição:

Artigo 34

Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para participação aos administradores referidos no Artigo 23 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;

b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;

c) o saldo remanescente do lucro líquido, por proposta da Administração, após a formação de reservas permitidas em lei que eventualmente venham a ser constituídas, será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas estatutárias: Reserva para futuro aumento de capital, para ser utilizada para futuro aumento de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social; Reserva para pagamento de dividendos intermediários, para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no Parágrafo 1º do Artigo 33 deste Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social; e Reserva para compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

Parágrafo 1º.:

Quando o saldo de qualquer uma das reservas, legal e/ou estatutárias, exceder, individualmente, o limite estatutário, mas no seu conjunto não exceder o limite de 100% do capital social, o valor excedente será distribuído para as demais reservas estatutárias que não tenham atingido o limite máximo estatutário, na mesma proporção estabelecida na letra "c" do caput deste Artigo 34.

Parágrafo 2º.:

Quando o saldo total das reservas de lucros (reserva legal e reservas estatutárias), exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, no seu conjunto, excederem ao limite de 100% do capital social, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Parágrafo 3º.:

A administração poderá, ainda, propor à Assembleia Geral a retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

PROPOSTA DESTINAÇÃO LUCRO LÍQUIDO: A administração da companhia submete à apreciação da Assembleia Geral, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício 2024:

17. Em sendo a proposta acima aceita e aprovada pelos acionistas, ficará assim a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2024, no montante de R$ R$ 1.200.018.716,41 (Um bilhão, duzentos milhões, dezoito mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos).

I - R$ R$ 60.000.935,82 (sessenta milhões, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos). para Reserva Legal, o que corresponde a 5% do Lucro Líquido após dedução do incentivo fiscal;

II - R$ 364.123.811,06 (trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte e três mil e oitocentos e onze reais e seis centavos); para pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos a todas as ações da companhia; e,

III - o saldo remanescente, no montante de R$ 775.893.969,53 (setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), será destinado, na sua totalidade, para as seguintes reservas estatutárias:

Reserva para futuro aumento de capital – R$ 543.125.778,67 (quinhentos e quarenta e três milhões, cento e vinte de cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos) o que corresponde a 45,26% do remanescente do lucro líquido;

- Reserva para pagamento de dividendos intermediários – R$ 116.384.095,43 (cento e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, noventa e cinco reais e quarenta e três centavos) o que corresponde a 9,70% do remanescente do lucro líquido;

- Reserva para compra das próprias ações – R$ 116.384.095,43 (cento e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, noventa e cinco reais e quarenta e três centavos) o que corresponde a 9,70% do remanescente do lucro líquido;

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente Ata, que é assinada pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria presentes.

Caxias do Sul, RS, 25 de fevereiro de 2025

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ELEIÇÃO de MEMBROS do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e do CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da MARCOPOLO S.A. (administradores), propõem aos acionistas que, na Assembleia Geral Ordinária a ser convocada para o dia 28 de março de 2025, sejam eleitos membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e membros do Conselho Fiscal para um mandato até a próxima AGO a ser realizada em 2026, os seguintes nomes indicados pelos acionistas controladores:

Para membros do Conselho de Administração: Os controladores indicarão 06 nomes para o Conselho de Administração, a seguir qualificados: **JAMES EDUARDO BELLINI**, brasileiro, casado, administrador, CPF nº 281.887.480-72, Carteira de Identidade nº 1010962452 expedida pela SSP/PC-RS, com domicilio na Avenida Rio Branco, 4889, Bairro Ana Rech, em Caxias do Sul, RS, e **JOSÉ ANTONIO VALIATI,** brasileiro, casado, contador, CPF nº 284.414.430-68, documento de identidade nº 9009523334 expedido pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, nº 1267, apt 701, Bairro Exposição em Caxias do Sul/RS, **como Conselheiros internos;** e **PAULO CEZAR DA SILVA NUNES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nrº 185.816.920-87, Carteira de Identidade nº. 7000569058, expedida pela SSP/RS, com domicílio na Rua Eng. Olavo Nunes, nº 99/203, em Porto Alegre, RS; **DAN IOSCHPE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº. 439.240.690-34, Carteira de Identidade nº. 3018532915, expedida pela SSP/RS, com domicílio na rua Lourenço de Almeida, nº 763, apto. 51, Vila Nova Conceição, em São Paulo, SP; **DENISE CASAGRANDE DA ROCHA**, brasileira, divorciada, psicóloga, CPF nº 352.782.420-00, Carteira de Identidade nº 50.956.910-9 expedida pela SSP/RS, com domicílio na rua Comendador Rheingantz, 729, Apto. 201, Bairro Auxiliadora, em Porto Alegre, RS e **ANDRE PAPALEO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF 456.192.470-15, Carteira de Identidade nº 5002368677 expedida pela SSP/SP, com domicílio na avenida Cidade Jardim, nº 427/043, Bairro Itaim Bibi, em São Paulo, SP, **como Conselheiros Independentes;**

Para membros do Conselho Fiscal:
Para membros do Conselho Fiscal: ADEMAR BARONI, brasileiro, casado, contador, CPF nº 235.870.670-15, Carteira de Identidade nº 2087157653 - SSP/PC RS, residente e domiciliado na rua Vinte de Setembro, nº 2223, apto. 44, Centro, na cidade de Caxias do Sul, RS, como membro titular do Conselho Fiscal, e **VICTOR JAIRO MICHAELSEN**, brasileiro, solteiro, aposentado, CPF nº 391.222.470-68, documento de habilitação nº 019.590.85-819 - SSP/RS, residente e domiciliado na rua Amapá, nº 19, apt nº 303, Bairro Dutra na cidade de Gramado, RS, como respectivo membro suplente.

Para fins do disposto no Artigo 11 da Resolução CVM 81/22, a seguir as informações relativas aos nomes até o momento indicados pelos controladores para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, na AGO a ser convocada para o dia 28/03/2025:

Informações dos candidatos que serão indicados pelos acionistas controladores, na próxima Assembleia, para o cargo de membros do Conselho de Administração (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência):

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (pelos controladores)

7.3 (a)NOME	PAULO CEZAR DA SILVA NUNES	JAMES EDUARDO BELLINI	DAN IOSCHPE
7.3. (b) Data Nascimento	13/01/1953	16/01/1960	25.02.1965
7.3 (c) Profissão	Administrador de empresas	Administrador de empresas	Industrial
7.3 (d) CPF	185.816.920-87	281.887.480-72	439.240.690-34
7.3 (e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Administração	Conselheiro Administração	Conselheiro Administração
7.3. (f) Data eleição	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (g) Data da posse	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (h) Prazo mandato	02 anos	-02 anos-	02 anos
7.3. (i) Eleito pelo controlador ou não	SIM	SIM	SIM

7.3. (j) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa	NÃO	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa
7.3. (j) Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável a matéria	SIM	NÃO	SIM
7.3. (k) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de inicio do primeiro de tais mandatos	29/03/2012	28.03.2023	28.03.2018
7.3. (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou da Super Seg Privados e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Nada consta	Nada consta	Nada consta
7.5.. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTE	Está no grupo de controle juntamente com seus dois irmãos, sendo um deles membro do Conselho de Administração de controlada indireta	NÃO EXISTE
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade controlada, direta ou	Não há relação	Não há relação	Não há relação

indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas			

7.3 (a)NOME	**DENISE CASAGRANDE DA ROCHA**	**JOSÉ ANTONIO VALIATI**	**ANDRE PAPALEO**
7.3. (b) Data Nascimento	07/01/1960	08.09.1958	04.06.1962
7.3 (c) Profissão	Psicóloga	Contador	Administrador de empresas
7.3 (d) CPF	352.782.420-00	284.414.430-68	456.192.470-15
7.3 (e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Administração	Conselheiro Administração	-
7.3. (f) Data eleição	Ainda não eleito	Ainda Não eleito	Ainda Não eleito
7.3. (g) Data da posse	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda Não eleito
7.3. (h) Prazo mandato	02 ano	2 anos	2 anos
7.3. (i) Eleito pelo controlador ou não	SIM	SIM	SIM
7.3. (j) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa	NÃO	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa
7.3. (j) Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável a matéria	SIM	NÃO	SIM
7.3. (k) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de inicio do primeiro de tais mandatos	31.03.2020	-o-	-o-
7.3. (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos **i. condenação criminal;** **ii. condenação em processo administrativo da CVM, do**	Nada consta	Nada consta	Nada consta

BCB ou da Super Seg Privados e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer			
7.5.. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há relação	Não há relação	Não há relação

7.3 (l)

PAULO CEZAR DA SILVA NUNES

Formado em administração de empresas pela Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Participou dos seguintes cursos: Executive Development Program from University of Michigan Business School, de 1999 a 2000; Corporate Finance Development Program, em 2011; FGV - Internacional Business Development, em 2002; TPS - Lean Manufacturing - Toyota, em 2007; e, em 2012, completou o curso para Conselheiro de Administração ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

I – Principais experiências profissionais:

. Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.

. Cargos e funções inerentes ao cargo: Membro independente do Conselho de Administração da Marcopolo desde 29.03.2012, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho no período de 31.03.2016 à 28.03.2018 e 29.08.2019 à 01.04.20220. Desde abril de 2020 ocupa o cargo de Vice-Presidente do Conselho. Faz parte, também, do Comitê de RH e Ética e do Comitê de Compliance.

II - Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos: Atua nas áreas de inteligência de organizações, com mais de 25 anos de experiência em posições de liderança em companhias como Massey-Ferguson (tratores e colheitadeiras), Racine Hidráulica (fabricante de componentes hidráulicos), Albarus S.A. (fabricante de auto-peças associado com a Dana) e Dana Indústrias Ltda. (fabricante global de auto-peças). Até 2012 foi conselheiro do Conselho do Sindipeças e Diretor Vice-Presidente da Dana Indústrias Ltda. Aposentou-se em 2012, após 38 anos de atividade na Dana, assumindo, a partirde então, atividades como Consultor de Empresas.
Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua faz parte do grupo econômico da Marcopolo.

III - Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, declara não ser pessoa politicamente exposta.

III – Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

DENISE CASAGRANDE DA ROCHA

Graduada em Psicologia pela PUC-RS, Mestre em Gestão Empresarial pela UFRGS, e Doutora em Administração de Empresas pela UNISINOS-RS. Realizou diversos programas de extensão acadêmica com foco em Governança Corporativa e Gestão de RH em escolas de negócios e universidades no Brasil e no exterior (IBGC, Hay Group, Penn State University, Insead, HEC School of Management, ASTD, entre outras). Construiu sólida experiência profissional como Executiva de RH ao longo de mais de 30 anos em grandes empresas nacionais e multinacionais (Gerdau, Suzano de Papel e Celulose e Santher), tendo ocupado diferentes posições como responsável pelos processos de desenvolvimento de pessoas e organizações. Atualmente é Diretora Executiva da consultoria Denise Casagrande ??Desenvolvimento de Pessoas e Organizações, atuando profissionalmente como docente universitária, membro de conselhos /comitês de RH e Governança e consultora em temas relacionados a Gestão Estratégica de RH, Governança Corporativa, Gestão de Mudanças, Educação e Desenvolvimento de Executivos, Sucessão e Carreira, Mentoring e Coaching Executivo, Cultura Empresarial e Clima Interno.

I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.
. Cargos e funções exercidos: Membro independente do Conselho de Administração desde 31.03.2020, bem como membro do Comitê de RH e Ética.

Outras experiências profissionais: Membro independente de Conselhos Consultivos/Administração nas empresas: Paquetá Calçados (de Mar/2015 a Set/2018), Unique (desde Jan/2019 – desde Abr/22 é Presidente do Conselho Consultivo), Soprano (desde Jan/2023). Membro/Coordenadora de Comitê de Pessoas e Governança nas empresas Paquetá Calçados (de Mar/15 a Set/2018), Unimed Porto Alegre (Out/2019 a Mai/2022), Soprano (desde Ago/2020), IBGC (desde Jun/2021), Grupo Sinoserra (desde Dez/2021), Bebidas Fruki (desde Nov/2021) e Grupo Lins Ferrão (desde Mai/2022). Professora do curso de Conselheiros de Administração no IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde Mai/2015; Membro da Comissão de Pessoas do IBGC (de Abr/2017 a Abr/22); Coordenadora da Sub Comissão de Avaliação de Conselhos no IBGC (de Jan/2108 a Dez/2020); Participante do Programa de

Mentoring para Conselheiras no IBGC e WDC - Women Corporate Directors (de Jun/2018 a Jul;2019); Participante do Grupo de Conselheiros Independentes do IBGC (Capítulo Sul) de Mai/2018 a Dez/2019; Participante do Forum de Mulheres em Conselhos do IBGC de Jan/2020 a Jan/2021; Professora do MBA em Contabilidade (Disciplina de Governança Corporativa em Empresas Familiares) na Feevale (Set/2018); Tese de Doutorado em Administração na UNISINOS, Reconstituição da Confiança na Governança Corporativa de Empresas Familiares (Mai/2019); Professora do Curso Executive Programa (Disciplina de Governança, Sucessão e Talentos) na Universidade de Caxias do Sul - UCS (Jan/2021);

II - Nenhuma dessas empresas em que atuou ou atua faz parte do grupo econômico da Marcopolo.
III - Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional.
Declara ainda não ser pessoa politicamente exposta.

DAN IOSCHPE

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialização em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de SP; e MBA na Amos Tuck School, Dartmouth Colege (EUA).

I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.
- Cargos e funções exercidos: Membro independente do Conselho de Administração desde 28.03.2019, bem como membro do Comitê de Estratégia e Inovação;

Nome da empresa: WEG S.A.
- Cargos e funções: Membro independente do Conselho de Administração desde 2012, bem como membro do Comitê de Auditoria;

Nome da empresa: Iochpe Maxion S.A.
- Cargos e funções: Presidente do Conselho de Administração desde 2014;

Nome da empresa: Embraer S.A.
- Cargos e funções: Membro independente do Conselho de Administração desde 2020, bem como membro do Comitê de Pessoas;

Nome da empresa: Cosan S.A.
- Cargos e funções: Foi membro independente do Conselho de Administração, bem como membro do Comitê de Pessoas de 2015 à Fevereiro de 2024;

Nome da empresa: BRF S.A.
- Cargos e funções: De abril de 2018 a março de 2022 foi membro independente do Conselho de Administração.

Outras experiências profissionais: Ingressou na Iochpe-Maxion em 1986, onde exerceu vários cargos até junho de 1996, quando saiu para assumir a Presidência da
AGCO no Brasil. Retornou à Iochpe-Maxion em janeiro de 1998, assumindo no mesmo ano a Presidência. Em abril de 2014 deixou a Presidência assumindo a Presidência do Conselho de Administração. Foi Presidente do Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET/CNI). É membro do Conselho de Administração do Sindipeças Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores e Vice-Presidente da FIESP.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua faz parte do grupo econômico da Marcopolo.

II - Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática
de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Declara adicionalmente, não ser pessoa politicamente exposta.

JAMES EDUARO BELLINI

Graduado em: Administração - Administração e Negócios, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS (1982 - Administração de Empresas pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2018); Administração e Negócios pelo CENEX - Programa de Formação de Executivos Globais (1996 - Skills, Tools and Competences, Administração e Negócios, pela Fundação Dom Cabral (1998), Skills, Tools and Competences, Administração e Negócios Northwestern University Kellogg School of Management - Chicago, USA (1998). Participou também de diversos cursos de aperfeiçoamento, dentre os quais: Gerenciamento de Restrições. Planejamento Estratégico; Potencializando a Capacidade de Realizar; Negociação; Desenvolvimento Interpessoal.

Principais experiências profissionais:
Empresa: MARCOPOLO S.A.
. Cargos e funções exercidas: Exerceu o cargo de CEO de maio de 2019 até 30.03.2023, data em que foi eleito Presidente do Conselho de Administração. É membro do Comitê de Estratégia e Inovação desde 2008 e também membro do Comitê de Compliance. De 29.08.2019 a 31.03.2020 exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e, de maio/18 a abril/19 o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Foi Diretor Comercial no período de Janeiro de 1996 a Agosto de 2006 (10 anos e 8 meses), tendo trabalhado na reestruturação da área comercial mercado externo, envolvendo abertura de vários mercados novos, bem como na reestruturação da rede de representantes. Atualmente, além de membro do Comitê de Estratégia e Inovação e membro do Comitê de Compliance, é Presidente do Conselho de Administração da companhia.

Empresa: WIND NAUTICA S.A.
Cargos e funções: Foi sócio proprietário de Jun/2006 a Jun/2014;

Empresa: ULTRADING SRL.
Cargos e funções: Sócio proprietário de Jan/1992 a Dez/95. A empresa atuou como representante comercial da Marcopolo, para a venda de ônibus, peças de reposição e serviços na Argentina.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado nos últimos 5 anos em companhias abertas: Nada consta.
III - Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM;
(III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente declara não ser pessoa politicamente exposta.

JOSE ANTONIO VALIATI:

Graduado em Ciências Contábeis e em Direito pela Universidade de Caxias do Sul; pós-graduado em Gestão Organizacional pela FGV - SP. Em 1999 concluiu o MEI – Mastering Emotional Intelligence - Haay do Brasil.

Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.

Cargos e funções inerentes ao cargo: Exerce suas atividades na Marcopolo S.A. desde 28.07.1980, tendo iniciado como encarregado do Setor Contábil, posteriormente, contador; de 1995 a 2003 ocupou o cargo de Gerente Administrativo e Financeiro; de 2003 até março de 2011, ocupou o cargo de Diretor de Controladoria e Finanças (não estatutário), tendo sido eleito Diretor estatutário em março/11, cargo que exerce até hoje. Em 27.03.2014 passou a acumular o cargo de Diretor e Diretor de Relações com Investidores, passando também a fazer parte do Comitê Executivo (esse último cargo, até 31.03.2020, data em que o Comitê foi extinto). Desde março/06 é membro do Comitê de Auditoria e Risco, e desde 29.08.2019, membro do Comitê de Compliance;

. Nome da empresa: Banco Moneo S.A.

. Cargos: Foi Diretor no período de maio/2005 a março/2013 e de abril/2017 a janeiro/2018; foi Diretor Administrativo e Financeiro de março/2014 a abril/2017, Diretor de Gerenciamento de Riscos de janeiro/2018 a julho/201, Diretor de Riscos de julho/2019 a abril/2020, e desde abril/2020 ocupa o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e Riscos. É membro do Conselho de Administração desde novembro de 2010. Atividade da empresa: tem por objeto a atividade bancária. É uma controlada indireta da Marcopolo. Outras atividades profissionais: Diretor da Marcopolo Trading S.A. desde abril/2013; Diretor da Moneo Investimentos S.A. desde novembro/2004; foi membro do Conselho Fiscal da Fundação Marcopolo de Janeiro/2006 a dezembro/2017; é membro do Conselho Deliberativo da Fundação Marcopolo desde Janeiro/2018; é Diretor Superintendente da MARCOPREV - Sociedade de Previdência Privada desde abril/2012;

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Não há outros cargos em companhias abertas, além dos acima referidos.

III- Declaração eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM. (iii) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, declara não ser pessoa exposta politicamente.

7.3 (L)
Nomes dos candidatos indicados pelos Fundos ALASKA (acionista minoritária), bem como nomes dos indicados por acionistas preferenciais, para membros do Conselho de Administração e para membros do Conselho Fiscal, como representantes dos minoritários e representantes dos detentores de ações preferenciais, respectivamente:

Conselho de Administração:
Nome indicado pela ALASKA: **HENRIQUE BREDDA**, brasileiro, casado, engenheiro naval, inscrito no CPF sob nº 221.014.238-55, portador da Carteira de Identidade nº 33.872.529-5 expedida pela SSP/SP, com domicílio na rua Tabapuã, 1075, apto. 51, Bairro Itaim Bibi, em São Paulo, SP, **como membro independente** do Conselho de Administração, representando os acionistas minoritários;

Nome indicado pela G5 Artha e VATE: **JOSÉ RUBENS DE LA ROSA**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF 012.409.698-05, Carteira Identidade 2085516611 expedida pela SJS/RS em 12/04/2000, com domicilio na

rua Sampaio Viana, 584, apto. 101, Bairro Paraiso, em São Paulo, SP, CEP 04.004-002, **como membro independente** do Conselho de Administração, representando acionistas minoritários;

Nome indicado pelos acionistas preferenciais: **ANDRE PAPALEO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF 456.192.470-15, Carteira de Identidade nº 5002368677 expedida pela SSP/SP, com domicílio na avenida Cidade Jardim, nº 427/043, Bairro Itaim Bibi, em São Paulo, SP,**como membro independente do Conselho de Administração,** representando os acionistas minoritários**;**

Informações dos candidatos que serão indicados pelos acionistas minoritários, na próxima Assembleia, para o cargo de membros do Conselho de Administração (Item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência – Resolução CVM nº 80):

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (pelos minoritários e preferenciais)

7.3 (a)NOME	HENRIQUE BREDDA	JOSÉ RUBENS DE LA ROSA	ANDRE PAPALEO
7.3. (b) Data Nascimento	30/08/1981	28/10/1957	04/06/1962
7.3 (c) Profissão	Engenheiro Naval	Engenheiro	Administrador de empresas
7.3 (d) CPF	221.014.238-55	012.409.698-05	456.192.470-15
7.3 (e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração
7.3. (f) Data eleição	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (g) Data da posse	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (h) Prazo mandato	2 anos	2 anos	2 anos
7.3. (i) Outros cargos ou funções exercidas na companhia	Membro do Comitê de Auditoria e Risco	Membro do Comitê de Estratégia e Inovação	
7.3. (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO	NÃO	NÃO
7.3. (j) Se é membro independente nos termos da legislação específica aplicável a matéria	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa
7.3.(k) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de inicio do primeiro de tais mandatos	Junho/2017	Março/2020	-o-
7.3 (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privadsos, e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Nada consta	Nada consta	Nada consta
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c)	NÃO EXISTE	Não Existe	NÃO EXISTE

administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor			
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE

HENRIQUE BREDDA:

Formado em engenharia naval pela USP - Escola Politécnica.
I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.
- Cargos e funções inerentes ao cargo: Desde 27.06.2017, membro independente do Conselho de Administração da Marcopolo e membro efetivo do Comitê de Auditoria e Risco.
- Atividade principal da empresa Marcopolo S.A.: Indústria e comércio de carrocerias para ônibus.

Outras experiências profissionais: No período de 2010 a 2013 atuou como gestor do fundo de ações e gestor de renda variável da empresa Skipper Investimentos; de 2013 a 2015, como gestor do Fundo de Ações na empresa Venturestar Capital Management; e, atualmente, atua como gestor dos fundos de ações e multimercado na Alaska Asset Management.

Nenhuma das empresas em que atuou ou atua faz parte do Grupo Econômico Marcopolo.

II - Declaração eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, (iii) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, declara não ser pessoa exposta politicamente.

JOSÉ RUBENS DE LA ROSA

Graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Mauá, de SP; e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, de SP; Mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP, de SP. Advanced Management Program - PGA, pela INSEAD, França, e Curso para Conselheiros pelo IBGC, dentre outros. Palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais, tendo recebido diversos prêmios em sua carreira executiva, destacando-se Executivo do Ano 2008 pela América Economia, EIBA Fellow em 2015 pela European International Business Academy.

I - Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos:
Nome da empresa: SANTHER S.A.; cargo de CEO de março de 2018 a 31/12/2021.

Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.

. Cargos e funções exercidos: CFO de abril/97 à março/00; e CEO de Abr/00 a Jun/15; Desde 31.03.2020 é membro independente do Conselho de Administração (segundo critérios utilizados pelo N2) e membro do Comitê de Auditoria e Risco de Abril/20 a Março/22, e membro do Comitê de Estratégia e Inovação desde Abril/22.

Além disso, é membro do Conselho de Administração da Tupy S.A. desde abril de 2017, integrando atualmente os seguintes comitês: de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade; de Pessoas, de Finanças e M&A, e membro coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos (estatutário).

Membro do Conselho de Administração de Librelato S.A. desde junho/23 e membro do Comitê de Estratégia desde Jun/24;.

Atua ainda como consultor independente e/ou conselheiro consultivo para diversas outras companhias, em setores de negócios diversos dos acima.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado nos últimos 5 anos em companhias abertas: Nada consta além do acima.

III - Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, declara não ser pessoa exposta politicamente.

ANDRE PAPALEO

Master in Science – Purdue University, West Lafayette, Indiana/United States; MBA – Mestrado na Ecole Superieure de Commerce, Rouen/France; Graduação em Administração de Empresa – PUCRS; Formação como Conselheiro de Administração- IBGC.

I - Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos:

Nome da empresa: Neoway Inc.; cargo de vice-presidente de jul/2018 a jun/2021.

Nome da empresa: Wahalla (A SouthRock Capital Company).; Cargos e funções exercidos: CEO de jul/2021 a nov/2023.

Nome da empresa: Abstrato Aceleradora SA.; Cargos e funções exercidos: Executive partner de dez/2023 até a presente data.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado nos últimos 5 anos em companhias abertas: Nada consta além do acima.

III - Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, declara não ser pessoa exposta politicamente.

Informações dos candidatos que serão indicados pelos acionistas controladores, na próxima Assembleia, para o cargo de membros do Conselho Fiscal (Item 7.3 do Formulário de Referência – Resolução CVM nº 80):

CONSELHO FISCAL (pelos controladores)

7.3 (a)NOME	ADEMAR BARONI	VICTOR JAIRO MICHAELSEN
7.3. (b) Data Nascimento	08/09/1959	22/0/7/1962
7.3 (c) Profissão	Contador	Contador
7.3 (d) CPF	235.870.670-15	391.222.470-68
7.3 (e) Cargo eletivo ocupado	Titular Conselho Fiscal	Suplente Cons. Fiscal
7.3. (f) Data eleição	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (g) Data da posse	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (h) Prazo mandato	01 ano	01 ano
7.3. (i) Outros cargos ou funções exercidas na companhia	Não	Não
7.3. (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	SIM	SIM
7.3. (j) Se é membro independente nos termos da legislação específica aplicável a matéria	SIM	SIM
7.3.(k) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de inicio do primeiro de tais mandatos	28/03/2024	-o-
7.3 (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privadsos, e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Nada consta	Nada consta
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há relação	Não há relação

7.3. (L)

ADEMAR BARONI:

Graduado em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul – UCS; com MBA in Company – Gestão Organizacional pela Fundação Getúlio Vargas.

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos:

Membro do Conselho Fiscal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada de Jan/2003 a Mar/2004 e de Abr/2010 a Mar/2013; Diretor da Fundação Marcopolo de Abr/2007 a Set/2015. Trabalhou na área contábil da Marcopolo no período de 1979 à 2015, iniciando como Auxiliar Contábil, passando a Encarregado Contábil, Contador e, por último, como Gerente Contábil. Desde setembro de 2015 atua como sócio e Diretor da ABC Assessoria Contábil Ltda. Em 28.03.2024 foi eleito membro titular do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A.

Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a

prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser pessoa politicamente exposta.

VICTOR JAIRO MICHAELSEN:
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pós-graduação em Governança Corporativa pela Fundação Dom Cabral.

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos:
Auditor interno da Marcopolo S.A de jan/2000 a ago/2018.

III – Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser pessoa politicamente exposta.

7.3 (L)
Nomes dos candidatos indicados pelos Fundos ALASKA (acionista minoritária) e BB Asset Management (acionista minoritária), bem como nomes dos indicados por acionistas preferenciais, para membros do Conselho Fiscal, como representantes dos minoritários e representantes dos detentores de ações preferenciais, respectivamente:

Nomes indicados pela ALASKA: **WILLIAM CORDEIRO**, brasileiro, solteiro, engenheiro, CPF nº 092.197.196-65, documento identidade nº 478345975, expedida pela SSP/SP em 15.12.2011, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Rua Iaiá, nº 112, apto. 14, Itaim Bibi, CEP 04.542-060, **como membro titular do Conselho Fiscal**, e **THIAGO COSTA JACINTO**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF nº 010.562.761-50, documento de identidade nº 38.347.877-7, expedido pela SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo, SP, rua Bandeira Paulista, nº 300, apto. 205, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, **como membro suplente do Conselho Fiscal**.

Nomes indicados pelo BB Asset Management: **DENÍSIO AUGUSTO LIBERATO DELFINO,** brasileiro, solteiro, economista, CPF nº 043.048.226-40, documento de identidade nº MG10160132, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliado em Rio de Janeiro, RJ, na rua Carlos Gois, 496 apt 301, Leblon, CEP 22440-040, como membro do titular do Conselho Fiscal, e **MARIO ROBERTO LOPES PERRONE**, brasileiro, solteiro, contador, CPF nº 220.838.868-28, documento de identidade nº 328513143 , expedido pela SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na rua desembargador Ferreira Franca, 40, bloco b, apt 33, Vila Madalena, CEP 05446-900, como membro suplente do Conselho Fiscal.
.

Informações dos candidatos que serão indicados pelos acionistas minoritários e pelos acionistas detentores de ações preferenciais, na próxima Assembleia, para o cargo de membros do Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência – Resolução CVM nº 80):

CONSELHO FISCAL (pelos minoritários e preferenciais)

7.3 (a)NOME	WILLIAM CORDEIRO	THIAGO COSTA JACINTO	MARIANA CHAVES BARCELLOS TEIXEIRA	ROGERIO COLAO
7.3. (b) Data Nascimento	06/07/1991	08/09/1985	16/10/1978	14/11/1971
7.3 (c) Profissão	Engenheiro	Empresário	Advogada	Contador
7.3 (d) CPF	092.197.196-65	010.562.761-50	950.900.370-00	565.467.770-53
7.3 (e) Cargo eletivo ocupado	Titular Conselho Fiscal	Suplente Cons. Fiscal	Titular Cons. Fiscal	Suplente Cons. Fiscal
7.3. (f) Data eleição	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito

7.3. (g) Data da posse	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (h) Prazo mandato	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (i) Outros cargos ou funções exercidas na companhia	Não	Não	Não	Não
7.3. (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
7.3. (j) Se é membro independente nos termos da legislação específica aplicável a matéria	SIM	SIM	SIM	SIM
7.3.(k) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de inicio do primeiro de tais mandatos	30.03.2017	30.03.2017	28/03/2024	-0-
7.3 (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privadsos, e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE

7.3 (a)NOME	**Deonísio Augusto Liberato Delfino**	**Mário Roberto Perrone Lopes**
7.3. (b) Data Nascimento	02.02.1979	09/07/1981
7.3 (c) Profissão	Economista	Contador
7.3 (d) CPF	043.048.226-40	220.838.868-28
7.3 (e) Cargo eletivo ocupado	Titular Conselho Fiscal	Suplente Conselho Fiscal
7.3. (f) Data eleição	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (g) Data da posse	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (h) Prazo mandato	Ainda não eleito	Ainda não eleito
7.3. (i) Outros cargos ou funções exercidas na companhia	Não	Não
7.3. (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO	NÃO
7.3. (j) Se é membro independente nos termos da legislação específica aplicável a matéria	SIM	SIM
7.3.(k) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de inicio do primeiro de tais mandatos	NÃO	NÃO
7.3 (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privadsos, e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Nada consta	Nada consta
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE

7.3 L)

WILLIAM CORDEIRO:

Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos, SP.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Desde 2015, é sócio fundador e analista de renda variável na Alaska Asset Management. Em 2014, foi analista de renda variável na VentureStar Capital Management. Desde Abr/17 ocupa o cargo de conselheiro fiscal na Marcopolo S.A, empresa que atua no ramo de indústria e comércio de carrocerias para ônibus; De 2017 a 2019, membro do Conselho Fiscal da empresa Randon S.A., que atua no ramo de reboques e semireboques e, desde 2019 membro do Conselho Fiscal na Valid Soluções S.A., empresa de soluções tecnológicas. De 2020 a 2021 ocupou o cargo de Conselheiro Fiscal na Iochpe-Maxion S.A., fabricante de rodas e estruturas automotivas. Já ocupou o cargo de membro suplente da Magnetisa Refratários S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal de empresas como Celesc S.A., Log-In Logística Intermodal S.A. e Rumo S.A.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua, faz parte do Grupo Econômico Marcopolo.

Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da
CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, declara não ser pessoa politicamente exposta.

THIAGO COSTA JACINTO:

Graduado em Economia pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP, possui 12 anos de experiência no mercado financeiro. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos: Sócio fundador e analista de empresas na Alaska Asset Management. Iniciou sua carreira em 2006 e passou por instituições como CM Capital Markets Asset Management, Ashmore Brasil e TCJ Investimentos. Foi membro do Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A e do Conselho Fiscal da Celesc S.A., Rumo S.A, Comgás S.A., Log-In Logística Intermodal S.A, Celesc S.A. e Magnesita Refratários S.A. Desde 30.03.2017 é membro suplente do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A. Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua, faz parte do Grupo Econômico Marcopolo. Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser pessoa politicamente exposta.

MARIANA CHAVES BARCELLOS TEIXEIRA:

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS); com Pós-graduação em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET); Pós Graduação em Direito Empresarial com ênfase em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/Decision); e Mestrado em Governança Corporativa (Msc Corporate Governance/Grad ICSA), London South Bank University, Londres, Reino Unido.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

Sócia do escritório Teixeira Ribeiro Advogados, com atuação na área tributária, sendo responsável pela área de consultoria e contencioso administrativo. Atua ainda na orientação a empresas, notadamente das indústrias metal mecânica, siderurgia, alimentação, bebidas e fumo; na elaboração de pareceres e respostas a consultas; condução das estratégias tributárias junto as empresas, bem como do contencioso administrativo tributário nos âmbitos estaduais e federal, relativo aos mais diversos tributos; destaque para contencioso relacionado a créditos de PIS e COFINS, conduzindo carteira de volume e relevância; gestão administrativa e recursos humanos.
Em 28.03.2024 eleita como suplente do Conselho Fiscal da empresa MARCOPOLO S.A., empresa que atua no ramo de indústria de carrocerias para ônibus.
Nenhuma dessas empresas em que atuou ou atua, fazem parte do Grupo Econômico Marcopolo.

Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Declara adicionalmente não ser pessoa politicamente exposta.

ROGERIO COLAO:
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 1990/1994, e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) 1995/1999; com MBA em Value Investing – Centro Universitário UNIBTA (2022/2023).

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos:
Foi Gerente da área de Impostos da PriceWaterhouseCoopers de 1992 a 2001; e é sócio da Headcon Consultores desde 2001. Também foi membro do Conselho Deliberativo do Gremio Footbal Portoalegrense de 2010 a 2016.
Nenhuma dessas empresas em que atuou ou atua, fazem parte do Grupo Econômico Marcopolo.

Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Declara adicionalmente não ser pessoa politicamente exposta.

DENÍSIO AUGUSTO LIBERATO DELFINO

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (MG); Doutorado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos:

Diretor Presidente julho/2023, funcionário do BB desde 2000; Atuou como Diretor de Investimentos e de Participações na Previ, o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil; Gerente Executivo na Diretoria de Mercado de Capitais e na Diretoria de Governança Corporativa; Atuou nas Diretorias Internacional e de Finanças e como economista e estrategista no Private Bank do Banco do Brasil; Atuou na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Membro do Conselho de Administração da Neoenergia; Membro do Conselho de Administração do Aeroporto Internacional de São Paulo.
Nenhuma dessas empresas em que atuou ou atua, fazem parte do Grupo Econômico Marcopolo.

Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação

transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Declara adicionalmente não ser pessoa politicamente exposta.

MARIO ROBERTO PERRONE LOPES

Graduado em Contabilidade (PUC-SP); MBA em Banking (IPEC); MBA em Estratégia de Comunicação (Diálogos) (FGV-SP); MBA Executivo em Private Banking (FGV-SP); Possui as certificações CFP e CPA-20.

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos:

Diretor Executivo - Diretoria Comercial e de Produto jul/2022; Funcionário do BB desde 2000; Atuou como Superintendente Private Banking, Gerente Executivo de Global Markets (Distribuição) na DIMEF; Gerente Executivo de Estratégia de Investimentos e Gerente Executivo de Clientes; Comunicação e Marketing na UPB; foi Gerente Geral do Escritório Private SP; Gerente Soluções na UPB; Gerente Mercado Super Private Bank e Gerente Negócios Rede Private.

Nenhuma das empresas em que atua ou atuou faz parte do grupo econômico Marcopolo.

Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, declara não ser pessoa politicamente exposta.

A Companhia, mantendo a prática de boa governança de anos anteriores, incluirá na ordem do dia a eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração. Reservam-se, no entanto, os controladores, o direito de exercerem a prerrogativa legal de eleger o mesmo número de membros que forem eleitos pelos acionistas minoritários e acionistas detentores de ações preferenciais mais um.

- PROPOSTA REMUNERAÇÃO ADMINISTRADORES –

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria propõem aos Senhores Acionistas que a remuneração global anual dos administradores, incluindo os honorários, participação nos resultados, benefícios e valores relativos a planos de outorga de opções/ações, dos conselheiros de administração, dos diretores e, quando remunerados, dos membros de Comitês, para vigorar de 1º de abril de 2025 até a realização da AGO de 2026, seja fixada em até quarenta e sete milhões de reais. Esclarece a administração que no montante global que é fixado pela Assembleia como remuneração dos administradores, não está incluída a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, uma vez que os conselheiros fiscais não são administradores, e sua remuneração é fixada pela Assembleia de forma separada.

O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído aos administradores, em reunião que com tal finalidade deverá ser realizada pelo Conselho de Administração.

ÍTEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
Remuneração dos Administradores

8.1 Prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não estatutária, Conselho Fiscal e Comitês:

A prática adotada pela companhia para remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal e Comitês, leva em consideração as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor de seus serviços no mercado e as qualificações.

(a) Objetivos da prática de remuneração: *Alinhar os interesses dos administradores e gestores com os da companhia, sendo que.*

Conselho de Administração: *Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem, a título de honorários, 13 (treze) remunerações por ano, sendo que o valor individual mensal é fixado anualmente pelos próprios membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado pela Assembleia para pagamento da remuneração dos administradores. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho possuem remuneração diferenciada dos demais conselheiros, em razão das atividades adicionais inerentes aos cargos. Os membros do Conselho de Administração que participam de algum dos Comitês (não estatutários), recebem um adicional mensal a título de participação em Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional mensal. O valor desse adicional corresponde a aproximadamente 25% do valor dos honorários fixados para cada conselheiro. Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação, que não os aqui mencionados, é pago aos conselheiros de administração a qualquer título, pelo exercício do cargo de membro do Conselho de Administração.*

Diretoria estatutária: *Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem 13 (treze) remunerações por ano, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembleia para pagamento da remuneração dos administradores. Diretores que eventualmente exercerem cargos de membros do Conselho de Administração serão remunerados apenas como Diretores. Os Diretores que exercem funções em qualquer dos Comitês, não recebem qualquer adicional por participação nesses comitês. Os Diretores, além dos honorários mensais, recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor; os Diretores, não controladores, participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações e no Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas, e podem, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 23 do Estatuto Social, receber participação nos lucros adicional a acima estabelecida, nos exercícios onde o desempenho da Companhia supere as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Em 2024, dois dos Diretores estavam incluídos no Plano de Previdência Privada (Marcoprev). Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação que não os aqui mencionados, é pago aos Diretores estatutários da companhia, a qualquer título, pelo exercício do cargo de Diretor.*

Conselho Fiscal: *A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal em exercício, foi fixada pela última Assembleia Geral Ordinária, tendo sido estabelecido na referida Assembleia que a remuneração não poderia ser inferior ao mínimo legal, ou seja, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios e participação nos lucros. O montante global fixado na última AGO foi distribuído entre os membros titulares do Conselho Fiscal eleitos (3 membros), sendo que, ao Presidente do Conselho Fiscal, coube o montante superior em 25% em relação aos demais membros. Os membros do Conselho Fiscal não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, porém, de acordo com a legislação em vigor, a companhia*

reembolsa os Conselheiros Fiscais de todas as despesas com locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês ("Estratégia e Inovação", "Auditoria e Risco", "RH e Ética", e "Compliance"): *O valor da remuneração dos membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, de Auditoria e Risco, de RH e Ética, e de Compliance (Comitês), quando remunerados, corresponde a, aproximadamente, 25% da remuneração individual recebida pelos membros do Conselho de Administração. Os membros dos Comitês que forem, também, membros da Diretoria, são remunerados apenas como membros da Diretoria. Membros do Conselho de Administração que participam de um ou mais desses Comitês, recebem remuneração como membros do Conselho de Administração e um adicional como membros desses Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional. Funcionários da Companhia que exercem funções em Comitês, são remunerados apenas na condição de funcionários, não recebendo qualquer adicional por participação em Comitês. Demais membros de Comitês, que não sejam administradores ou funcionários da sociedade, recebem, mensalmente, por sua participação em quaisquer dos Comitês, a importância que for estabelecida pelo Conselho de Administração (atualmente corresponde ao mesmo valor recebido pelos membros do Conselho de Administração a título de adicional por participação em Comitês). No caso de haver a participação em Comitês de profissionais convidados de fora da empresa, esses também terão a remuneração definida pelo Conselho de Administração. Os membros dos Comitês não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, a qualquer título, por participação nesses Comitês.*

Diretoria não estatutária: *As práticas e políticas de remuneração visam atrair, engajar e reconhecer profissionais com as competências e valores definidos pela Marcopolo, alinham as expectativas dos acionistas e promovem a busca por resultados superiores a curto, médio e longo prazo, por meio de um pacote de remuneração competitivo que é avaliado anualmente com base em pesquisas salariais e boas práticas de mercado.*

A política de remuneração é baseada nas seguintes premissas:

- *Alinhamento de interesses de Acionistas e Executivos;*
- *Criação de valor sustentável a curto, médio e longo prazo;*
- *Promover a transição da estratégia para execução;*
- *Alinhamento com as demais ferramentas e práticas de Gestão de Pessoas;*
- *Reconhecer, reter e atrair de forma equânime.*

A partir de 2024 a Companhia revisou sua estrutura de Cargos e Salários e passou a utilizar o GGS – Global Grading System™ metodologia da Willis Towers Watson voltada à classificação e mensuração da relatividade dos cargos, baseada em critérios e métodos que facilitam e regram a gestão das posições e pacotes de remuneração nos diversos negócios, unidades e localidades.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. A remuneração individual é recomendada pelo Comitê de RH e Ética, com a assessoria da Diretoria de Recursos Humanos.

ii. A remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria é revisada anualmente e definida de acordo com estudos de mercado e de consultorias especializadas, tendo como referência empresas do mesmo porte e complexidade.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor: Anualmente

(c) Composição da Remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, em relação a cada um deles: e os objetivos de cada um deles:

. seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
. sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
. sua metodologia de cálculo e de reajuste
. principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Conselho de Administração:

- Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem uma remuneração fixa, a título de honorários e, quando participam também em outros Comitês, recebem mais um adicional mensal a título de participação em outros Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional mensal. Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável;

Elementos da remuneração:

a) Remuneração fixa:

A remuneração fixa é constituída de:
- Honorários;
- Benefícios diretos e indiretos: assistência médica (Unimed), porém, em razão do baixo valor, não é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração; e
- Adicional por participação em Comitês;

b) Remuneração variável:
Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável.

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração:

- A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os profissionais de acordo com as boas práticas de mercado, de forma a manter/atrair os talentos da companhia.

Diretores estatutários:

- Os diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor (Artigo 23 do Estatuto Social); os Diretores (não controladores), participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações e do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas. Nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber participação nos resultados adicional a acima referida

(nos exercícios onde o desempenho da Companhia tenha superado as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração). Os diretores também estão incluídos no Plano de Previdência (Marcoprev).

Elementos da remuneração:

a) *Remuneração fixa:*
   A remuneração fixa é constituída de:
   - *Honorários;*
   - *Benefícios diretos e indiretos: Previdência privada (Marcoprev), seguro de vida em grupo, seguro acidentes pessoais e assistência médica (Unimed), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração. Atualmente, dois dos diretores estatutários estão incluídos no Plano de Previdência Privada Marcoprev; e,*

b) *Remuneração variável:*
   A remuneração variável é constituída de:
   - *Participação nos resultados, que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, sendo que, nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber uma participação adicional nos resultados.; e*
   - *Remuneração baseada em ações: apenas os Diretores não controladores participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações e do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas, sendo que, no que se refere ao Plano de Opções, apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício é considerada remuneração.*

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração:
- *A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os profissionais de acordo com as boas práticas de mercado, de forma a manter/atrair os talentos da companhia.*
- *A remuneração variável tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas; incentivar o executivo a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo; motivar e reconhecer os executivos; estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos executivos; e atrair e, principalmente, reter talentos;*

Conselho Fiscal:

- *Os membros do Conselho Fiscal recebem 13 remunerações por ano (valor fixo a título de honorários), e não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, porém, de acordo com a legislação em vigor, a companhia reembolsa os Conselheiros Fiscais de todas as despesas com locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.*

Elementos da remuneração: Constituída apenas de remuneração fixa (honorários).

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração: Remunerar os conselheiros pelo exercício de suas funções, observadas as normas e limites legais aplicáveis, dentro das médias praticadas pelo mercado.

Diretores não estatutários:

- *A composição da remuneração dos Diretores não estatutários está estruturada em três componentes, Remuneração Fixa, Remunerações variáveis de Curto e Longo Prazos, e benefícios, conforme abaixo:*

Elementos da remuneração:

a) *Remuneração fixa: A remuneração fixa compreende o salário nominal mensal, o 13º salário e o adicional de férias. Os salários nominais são definidos com base na mediana de mercado da pesquisa salarial realizada anualmente com consultoria especializada, tendo como painel de referência empresas de porte e segmentos similares, garantindo assim uma tabela salarial competitiva.*

b) *Remuneração variável de curto e longo prazo:*

- *Incentivo de Curto Prazo ou Remuneração Variável Executiva: Esse modelo de remuneração variável compreende além dos Diretores, demais níveis de Gestão e equivalentes.*

- *Incentivo de Longo Prazo: Corresponde ao (i) Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de ações e Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas por performance, sendo que, no Plano de Opções, apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na data de exercício, está sendo considerada remuneração;*

c) *Benefícios: Além da remuneração fixa e das remunerações variáveis de curto e longo prazo, a Companhia disponibiliza a seus Diretores não estatutários, os seguintes benefícios: Plano de Previdência privada (Marcoprev), Seguro de Vida, e Plano de Saude (Unimed), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração (Ver Notas 1 e 2 ao final deste item 8.1).*

Objetivo de cada um dos elementos:

Remuneração fixa:

- *A remuneração fixa tem como objetivo remunerar conforme o nível de responsabilidade, complexidade e importância e impacto de cargo para os resultados da organização, mantendo o equilíbrio interno e a competitividade externa.*

Remuneração variável:

- *Incentivo de Curto Prazo: Tem como objetivo premiar o alcance e superação de objetivos e metas anuais de curto prazo, vinculadas ao planejamento e orçamento do respectivo exercício. O seu potencial de ganho suporta a busca por resultados superiores e é fator de diferenciação para atração e retenção de executivos.*
- *Incentivo de Longo Prazo: Além de alinhar os interesses dos acionistas e administradores, diferencia a Companhia em relação a demais empresas em termos de práticas de gestão de pessoas e é um fator importante na retenção e geração de valor no longo prazo.*

Comitês ("Estratégia e Inovação", "Auditoria e Risco", "RH e Ética" e "Compliance"):

Elementos da remuneração:

- Os membros dos Comitês (de "Estratégia e Inovação", "Auditoria e Risco", "RH e Ética", e "Compliance"), desde que não façam parte da Diretoria ou do quadro de funcionários da companhia, recebem uma remuneração fixa, única, e que corresponde a 25% do valor dos honorários fixado para cada Conselheiro de Administração.

Objetivo dessa remuneração: Atrair e reter esses profissionais na companhia.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração:

Conselho de Administração e Diretoria: *Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros, levando em consideração também as práticas de mercado.*
Conselho Fiscal: *Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros*.
Comitês de RH e Ética, Auditoria e Risco, Estratégia e Inovação e Compliance: *Reconhecer os serviços prestados pelos profissionais como membros desses Comitês*.
Diretoria não estatutária: *A composição da remuneração visa reconhecer, recompensar e reter os profissionais, mediante os desafios e objetivos estratégicos da organização e do alinhamento com as práticas de mercado. Equilibra o foco e os esforços no curto e médio prazo, sempre visando a sustentabilidade e resultados superiores no longo prazo, dentro de níveis de risco aceitáveis por ambas as partes. Desta forma cada componente da remuneração tem a sua parcela de contribuição, alinhando os interesses dos administradores aos dos acionistas.*

iii. Existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato:

Todos os membros de órgãos da administração da Companhia são remunerados. O que ocorre é que, quando um administrador é nomeado para mais de um cargo, ele recebe apenas a remuneração relativa a um dos cargos, exceção feita aos membros do Conselho de Administração que não são diretores e participam de algum dos comitês não estatutários, caso em que recebem um adicional mensal por tal participação em Comitês.

d.) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:
Não há honorários suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da companhia, assim como inexiste remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

e.) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:
Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

Notas:

(1) *Embora a empresa mantenha um Plano de Saúde, por tratar-se de um Plano básico e único, extensivo a todos os funcionários e executivos, incluídos os Diretores estatutários e não estatutários, e considerando não ser relevante o valor pago pela empresa a esse título, tais valores nunca foram considerados nas demonstrações financeiras como remuneração variável dos administradores. O valor total anual pago pela companhia a cada um dos diretores estatutários e não estatutários, a título de Plano de Saúde, correspondeu, em 2024 a uma média de R$ 9.300,00 cada um.*

(2) *Da mesma forma, a companhia paga mensalmente a todos os funcionários e executivos, incluídos os Diretores estatutários e não estatutários, um valor mensal a título de seguro de vida, porém, considerando não ser relevante o valor pago pela empresa a esse título, nunca foi considerado como remuneração dos administradores. O valor total anual pago pela companhia em 2024 a esse título, aos diretores estatutários e não estatutários, foi de R$ 169,88 a cada um.*

(3) *Conforme programa de desoneração da folha de pagamento do Governo Federal, a Marcopolo está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Diante do exposto, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha de pagamento dos administradores.*

8.2. Remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o presente exercício social, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social de 2022, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
b) Nº total de membros	7	2	3	
c) Nº de membros remunerados	7	2	3	
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em:				
. Salário ou pró-labore	5.481.750,00	4.603.780,00	802.775,00	10.888.305,00
. Benefícios diretos e indiretos	72.338,68	16.682,94		89.021,62
. Remuneração por participação em Comitês	728.000,00	-0-	-0-	728.000,00
. Outros (FGTS)		368.302,40		368.302,40
ii. Remuneração Variável, segregada em:				
. Bônus				
. Participação nos resultados	-0-	5.727.914,46		5.727.914,46
. Remuneração por participação em reuniões				
. Comissões				
. Outros				
iii. Benefícios pós-emprego				
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções		211.032,88		211.032,88
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	6.282.088,68	10.927.712,68	802.775,00	18.012.576,36

f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	18.012.576,36			
Observações	1.) Os membros do CA não recebem remuneração variável; 2.) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 7 membros x 12 = 84/12 = 7 membros)	1.) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 2 membros x 12 = 24/ 12 = 2 membros)	O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros	

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social de 2023, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
b) Nº total de membros	7	3	3	
c) Nº de membros remunerados	7	2,75	3	
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em:				
. Salário ou pró-labore	7.526.807,00	4.385.875,00	866.820,00	12.779.502,00
. Benefícios diretos e indiretos	29.620,44	178.545,96	-0-	208.166,40
. Remuneração por participação em Comitês	761.393,00	-0-	-0-	761.393,00
. Outros (FGTS)		353.205,70		353.205,70
ii. Remuneração Variável, segregada em:				
. Bônus				
. Participação nos resultados	-0-	7.967.375,00		7.967.375,00
. Remuneração apor participação em reuniões				
. Comissões				
. Outros				
iii. Benefícios pós-emprego				
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções		50.487,74		50.487,74
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria	8.317.820,44	12.935.489,40	866.820,00	22.120.129,84

estatutária e do conselho fiscal				
f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	22.120.129,84			
Observações	Os membros do CA não recebem remuneração variável; O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 7 membros x 12 = 84/12 = 7 membros)	O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Mar 2 x 3=6, e Abr à Dez 3 x 9=27 - 33/12 = 2,75 membros)	O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros	

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social de 2024, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

e) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
f) Nº total de membros	7	3	3	
g) Nº de membros remunerados	7	3	3	
h) Remuneração segregada em:				
vi. Remuneração fixa anual, segregada em:				
. Salário ou pró-labore	8.450.876,00	4.751.000,000	911.722,50	14.113.598,50
. Benefícios diretos e indiretos	11.032,20	256.604,86	-0-	267.637,06
. Remuneração por participação em Comitês	801.080,00	-0-	-0-	801.080,00
. Outros (FGTS)	-0-	409.365,91	-0-	409.365,91
vii. Remuneração Variável, segregada em:				
. Bônus				
. Participação nos resultados	-0-	11.053.563,00	-0-	11.053.563,00
. Remuneração apor participação em reuniões				
. Comissões				
. Outros				
viii. Benefícios pós-emprego				
ix. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
x. Remuneração baseada em ações, incluindo opções		1.671.456,62		1.671.456,62
e. valor, por órgão, da				

remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	9.262.988,20	18.141.990,39	911.722,50	28.316.701,09
f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	28.316.701,09			
Observações	Os membros do CA não recebem remuneração variável; O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 7 membros x 12 = 84/12 = 7 membros)	O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 12 x 3=36, 36/12 = 3 membros)	O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros	

Remuneração prevista para o presente exercício social de 2025, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

i) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
j) Nº total de membros	7	3	3	
k) Nº de membros remunerados	7	3	3	
l) Remuneração segregada em:				
xi. Remuneração fixa anual, segregada em:				
. Salário ou pró-labore	9.724.300,00	5.761.000,00	1.094.690,00	16.579.990,00
. Benefícios diretos e indiretos	15.000,00	404.000,00	-0-	419.000,00
. Remuneração por participação em Comitês	886.900,00	-0-	-0-	886.900,00
. Outros (FGTS)	-0-	460.880,00	-0-	460.880,00
xii. Remuneração Variável, segregada em:				
. Bônus				
. Participação nos resultados	-0-	26.041.064,01	-0-	26.041.064,01
. Remuneração apor participação em reuniões				
. Comissões				
. Outros				
xiii. Benefícios pós-emprego				
xiv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
xv. Remuneração baseada em		2.300.440,49		2.300.440,49

ações, incluindo opções				
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	10.626.200,00	34.967.384,50	1.094.690,00	46.688.274,50
f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	46.688.274,50			
Observações	Os membros do CA não recebem remuneração variável; O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 7 membros x 12 = 84/12 = 7 membros)	O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 12 x 3=36, 36/12 = 3 membros)	O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros	

8.3. Em relação a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do CA, da Diretoria estatutária e do CF, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

REMUNERAÇAO VARIÁVEL 2022	
a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	02
c. Nº de membros remunerados	02
d. Em relação ao bônus:	
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	NA
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA
e. Em relação à participação no resultado:	
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$4.603.780,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$5.727.914,46
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	NA
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R$5.727.914,46
Somente os membros da Diretoria recebem remuneração variável	

Exercício social encerrado em 31/12/2023:

REMUNERAÇAO VARIÁVEL 2023	
a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	03
c. Nº de membros remunerados	03

d. Em relação ao bônus:	
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	NA
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	NA
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA
e. Em relação à participação no resultado:	
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$4.322.500,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$8.645.000,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R$8.645.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R$7.967.375,00
Somente os membros da Diretoria recebem remuneração variável	

Exercício social encerrado em 31/12/2024:

REMUNERAÇAO VARIÁVEL 2024	
f. Órgão	Diretoria Estatutária
g. Nº total de membros	03
h. Nº de membros remunerados	03
i. Em relação ao bônus:	
j. valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA
v. valor máximo previsto no plano de remuneração	NA
vi. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	NA
vii. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA
j. Em relação à participação no resultado:	
j. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$4.751.000,00
v. Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$9.502.000,00
vi. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R$9.502.000,00
vii. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA
Somente os membros da Diretoria recebem remuneração variável	

Previsto para 2025:

REMUNERAÇAO VARIÁVEL PREVISTA PARA 2025	
k. Órgão	Diretoria Estatutária
l. Nº total de membros	03
m. Nº de membros remunerados	03
n. Em relação ao bônus:	
k. valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA
viii. valor máximo previsto no plano de remuneração	NA
ix. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	NA

x. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA
o. Em relação à participação no resultado:	
k. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$4.751.000,00
viii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$9.502.000,00
ix. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R$9.502.000,00
x. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA
Somente os membros da Diretoria recebem remuneração variável	

8.4. Plano de remuneração baseado em ações da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

(i) Plano de Opções de Compra e/ou subscrição de Ações. Nesse Plano de opções somente é considerada como remuneração a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Programa e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção.
(ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas por Performance, aprovado em 2015 em substituição ao Programa Adicional.

Dentre os administradores da Companhia, apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações e/ou ações restritas.

a.) Termos e condições gerais dos Planos

a.1.) Plano de Opções:

(i) No *Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia (Plano de Opções), é o próprio executivo, participante de um Programa Anual, quem desembolsa o valor necessário ao pagamento das ações que vier a adquirir em decorrência das opções recebidas, ao preço de exercício acordado no Programa Anual (contrato que dá ao detentor da opção o direito mas não a obrigação de adquirir ações da Companhia no prazo e preço fixados no respectivo Plano/Programas). As ações são pagas à vista, em moeda corrente, na Data de Exercício respectiva. A participação no Plano de Opções não confere aos participantes garantia de emprego e/ou manutenção de contrato de prestação de serviços com a Companhia.*

(ii) Os membros do Conselho de Administração não estão incluídos no Plano de Opções da Companhia. São considerados Participantes do Plano de Opções, além dos empregados executivos da companhia e de suas controladas, apenas os Diretores estatutários que não sejam controladores da Companhia. Atualmente, apenas um administrador (Diretor estatutário), faz parte do Plano de Opções da companhia.

(iii) A adesão ao Programa Anual se dá por meio da assinatura do participante no termo de adesão respectivo, por ocasião da compra ou subscrição das ações objeto de cada Programa Anual, ou seja, na Data de Exercício. A data de exercício em 2024, referente ao Programa 2023, se deu no período de 28 de fevereiro a 29, de março de 2024.

(iv) As opções de compra e/ou subscrição não podem ser cedidas e/ou transferidas pelo Participante. Exercida a opção, às ações assim adquiridas e/ou subscritas serão assegurados todos os direitos pertinentes à espécie e classe respectiva, inclusive o de receber dividendos ou juros sobre o capital declarados após a Data de Exercício. Poderão, inclusive, as ações adquiridas dentro do Programa Anual, e mediante solicitação e justificação escrita do participante, serem parcial ou totalmente, transferidas para os herdeiros e/ou cônjuge/companheiro do participante, desde que as ações tenham sido efetivamente pagas, na sua totalidade, e desde que permaneçam indisponíveis, nos termos estabelecidos no Plano de Opções e respectivo Programa.

O exercício das opções de compra e/ou subscrição de ações com base no Plano de Opções tem por objeto ações preferenciais escriturais de emissão da Companhia e que estejam em tesouraria, adquiridas no mercado para esta finalidade, podendo, entretanto, a Companhia, emitir novas ações para esse fim, nos termos da legislação em vigor.

a.2. Plano Ações Restritas por Performance:

(i) Pelo Plano de Ações Restritas por Performance o executivo receberá ações preferenciais escriturais de emissão da companhia, sem qualquer desembolso, desde que cumpridas as exigências do Plano, e em quantidade calculada conforme a seguinte fórmula: Outorga = Salário Atual x Nível premiação (nº salários)

Preço médio das Ações nos 60 pregões anteriores a outorga

(ii) O valor das ações que forem entregues aos executivos será considerado remuneração, no ano em que as ações forem efetivamente transferidas aos participantes, após decorrido o prazo de carência e desde que cumpridas as exigências do Plano. A participação no Plano de Ações Restritas por Performance não confere aos participantes garantia de emprego e/ou manutenção de contrato de prestação de serviços com a Companhia.

(iii) Os membros do Conselho de Administração não estão incluídos no Plano de Ações Restritas. São considerados Participantes do Plano de Ações Restritas por Performance, além dos empregados executivos da companhia e de suas controladas, apenas os Diretores estatutários que não sejam controladores da Companhia. Em 2024 os Diretores da Companhia faziam parte do Plano de Ações Restritas por Performance da companhia.

(iv) As ações restritas, enquanto não forem efetivamente transferidas para o participante, não poderão ser cedidas e/ou transferida, assim como não terão os Participantes quaisquer direitos ou privilégios de acionistas da Companhia antes de decorrido o Prazo de Carência e até que sejam cumpridas todas as exigências e normas do Plano.

(v) As ações a serem entregues aos Participantes com base no Plano de Ações Restritas por Performance tem por objeto ações preferenciais escriturais de emissão da Companhia e que estejam em tesouraria, adquiridas no mercado para esta finalidade, podendo, entretanto, a Companhia, emitir novas ações para esse fim, nos termos da legislação em vigor.

b.) Data de aprovação e órgão responsável: 15.12.2023 – Reunião do Conselho de Administração.

b.1.) Plano de Opções: O *Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia (Plano de Opções), foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005, alterado pela AGO/E de 23 de março de 2006 e pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 27.10.2006, 03.12.2007, 19.12.2012 e 27.06.2013.*

Anualmente, o Conselho de Administração poderá aprovar um Programa Anual de Opções, que será válido para os executivos e diretores estatutários não controladores, que tenham exercido suas atividades na ou para a Companhia antes de 31 de dezembro do ano em que for aprovado cada Programa Anual, e que continuem prestando serviços à Companhia na Data de Exercício.

O Plano de Opções é administrado pela Área de Recursos Humanos da companhia, e monitorado pelo Comitê de RH e Ética, sendo que os Programas Anual e/ou Adicional são aprovados pelo Conselho de Administração.

b.2.) Plano Ações Restritas por Performance: O *Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas (Plano de Ações Restritas por performance), foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de março de 2015 e pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015. Anualmente, o Conselho de Administração poderá aprovar um Programa Anual de Ações Restritas por Performance, que será válido para os executivos e diretores estatutários não controladores, e com os quais forem firmados Termos de Outorga. Em 13 de maio de 2015 foi aprovado o primeiro Programa de Ações Restritas;*

O Plano em Ações Restritas por Performance é administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de RH e Ética e Diretoria de Recursos Humanos.

c) e d) Número máximo de ações abrangidas e de opções a serem outorgadas:

.1.) Plano de Opções: Para cálculo do número de opções/ações que podem ser adquiridas pelos participantes de cada Programa Anual, vem sendo utilizado como parâmetro o valor correspondente a 50% do total da remuneração variável que tiver sido creditado ao Participante até a Data de Exercício.

.2.) Plano em Ações Restritas por Performance: Para cálculo do número de ações a serem transferidas aos Participantes de cada Programa Anual, será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Outorga} = \frac{\text{Salário Atual x Nível premiação (nº salários)}}{\text{Preço médio das Ações nos 60 pregões anteriores a outorga}}$$

O limite de ações vinculadas aos Planos não poderá, a qualquer tempo, exceder a 5% (cinco por cento) do total das ações da mesma espécie emitidas pela Companhia.

e.) Condições de aquisição de ações:

Para que um Participante do Programa Anual de Opções receba a opção de adquirir ações da companhia, é necessário que tenha exercido suas atividades na ou para a Companhia antes de 31 de dezembro do ano em que for aprovado cada Programa Anual, e que continue prestando serviços à Companhia na Data de Exercício da opção.

Caso o participante venha a ser desligado da companhia de forma voluntária, as opções não exercidas serão canceladas, a menos que o Comitê de RH e Ética e o Conselho de Administração deliberem de forma diversa. Nos demais casos, poderá exercer as opções de forma proporcional ao tempo trabalhado dentro do período de carência.

Para receber as ações dentro de um Programa de Ações Restritas por Performance, deverá ser apurado o resultado das metas anuais que irão definir o montante de ações. Além disso, o Participante terá que manter seu vínculo com a Companhia durante o período de carência, que será de 3 anos, contados da data de assinatura do Termo de Outorga.

f.) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

No Programa Anual, o preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações, a partir de 19.12.2012, é determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 (sessenta) pregões da B3, anteriores ao início do período para compra ou subscrição das ações, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão. Além disso, o Conselho de Administração poderá conceder, para os Participantes do Programa Anual, um desconto de até 20% no preço da compra ou subscrição das ações, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição ou subscrição das ações não poderá ser inferior a 80% do valor médio de Bolsa das ações no dia anterior ao da efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço de mercado na Data de Exercício. Para as opções outorgadas em janeiro de 2024, com base no Programa 2023, o valor foi fixado em R$5,21 por ação, e representou o preço médio ponderado da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia nos últimos 60 pregões anteriores a 28.02.2024, tendo sido aplicado um desconto de 10,46% nos termos do regulamento.

No que se refere ao Plano de Ações Restritas por Performance, o preço da ação para efeito de cálculo de outorga é determinado pela média ponderada da cotação das ações nos 60 pregões da B3, anteriores a data de outorga, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão.

g.) Critério para fixação do prazo de aquisição ou exercício:

Programa Anual: O prazo de exercício das opções foi fixado de forma a coincidir com o período em que os participantes recebem da companhia o valor da remuneração variável, de forma que eles tenham recursos para pagar a vista as ações adquiridas e/ou subscritas com base no Plano.

Programa Ações Restritas por Performance: O critério utilizado são as práticas de mercado. O período de carência será de 3 anos.

h.) Forma de liquidação:

As ações adquiridas com base no Plano de Opções devem ser pagas a vista, na data do exercício da opção.

As ações adquiridas com base no Plano de Ações Restritas por Performance serão transferidas aos Participantes sem qualquer ônus, após decorrido o prazo de carência, e obedecidas as demais formalidades do Plano.

i.) Restrições a transferência das ações:

i.1) Programa Anual:

As ações compradas e/ou subscritas com base no Plano de Opções, dentro de um determinado exercício (Programa Anual), bem como aquelas que venham a ser acrescidas em razão de bonificações ou desdobramentos, ficarão indisponíveis até o dia 31 de dezembro do ano em que tiverem sido adquiridas. Após esse prazo inicial, o participante poderá dispor das ações nas seguintes proporções e prazos:

a) 35% das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual, desprezadas eventuais frações inferiores a uma ação, ficarão liberadas a partir do mês de Janeiro do ano seguinte ao da respectiva compra ou subscrição;

b) 35% das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual, desprezadas eventuais frações inferiores a uma ação, ficarão liberadas a partir do mês de Janeiro do segundo ano após a respectiva compra ou subscrição; e

c) o saldo restante das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual ficará liberado a partir do mês de Janeiro do terceiro ano após o da respectiva compra ou subscrição.

As ações gravadas com a indisponibilidade acima prevista ficarão total e antecipadamente liberadas, se e quando ocorrer:

- *invalidez ou falecimento do Participante;*
- *desligamento do Participante por aposentadoria;*
- *desligamento do Participante provocado pela Companhia.*

Nos casos em que o Participante venha a ser desligado da Companhia por solicitação do próprio Participante, bem como nos casos em que o Participante tenha transferido as ações a herdeiro e/ou cônjuge/companheiro, os prazos de indisponibilidade acima deverão ser cumpridos.

i.2. Programa Ações Restritas por performance: Considerando que as ações somente serão transferidas aos Participantes após decorrido o prazo de carência, será após esse prazo que o participante poderá dispor das ações.

j.) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção dos planos:

A alteração, suspensão ou extinção do plano se dará por deliberação do Conselho de Administração nesse sentido e/ou da Assembleia Geral.

k.) Efeitos da saída do administrador da companhia, sobre seus direitos previstos nos planos:

Programa Anual: Considerando que é condição, para ser participante de um Programa Anual, que o administrador esteja prestando serviços à companhia na data de exercício, e que as ações assim adquiridas são pagas a vista, na data de exercício, a única consequência que poderá afetar o participante que for desligado da companhia, e apenas se o desligamento for decorrente de solicitação do próprio participante, é que ele deverá observar os prazos de indisponibilidade das ações previstos no regulamento.

Programa de Ações Restritas por Performance: Em caso de desligamento do Participante, as Ações Restritas dentro do Período de Carência (*vesting)* seguirão as definições abaixo, mediante a forma de desvinculação:

(a) Desligamento por Iniciativa da Companhia, Aposentadoria Definitiva, Morte ou Invalidez: as ações restritas serão disponibilizadas ao Participante em até 90 dias, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (*vesting*), de acordo com a vigência de cada Programa Anual de Ações Restritas.

(b) Desligamento Voluntário (Pedido de Demissão): todas as Ações Restritas serão canceladas.

(c) Nos casos de morte e invalidez permanente: as Ações Restritas serão disponibilizadas, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (vesting) de acordo com a vigência de cada Programa Anual, ao(s) beneficiário(s) do Participante declarado em termo específico.

Situações excepcionais serão analisadas pelo Comitê de RH e Ética e submetidas a validação do Conselho de Administração.

8.5. Em relação a remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

PLANOS DE OPÇÕES EM AÇÕES	
	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	2
c. Nº de membros remunerados	1
d. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
i. Em aberto no início do exercício social	R$2,42
ii. Perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Exercidas durante o exercício social	R$2,42
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	NA

Exercício social encerrado em 31/12/2023:

PLANOS DE OPÇÕES EM AÇÕES	
	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	3
c. Nº de membros remunerados	1
d. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
i. Em aberto no início do exercício social	R$2,40
ii. Perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Exercidas durante o exercício social	R$2,40
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	NA

Exercício social encerrado em 31/12/2024:

PLANOS DE OPÇÕES EM AÇÕES

	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	03
c. Nº de membros remunerados	03
d. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
i. Em aberto no início do exercício social	R$5,21
ii. Perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Exercidas durante o exercício social	R$5,21
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	NA

Previsto para 2025

PLANOS DE OPÇÕES EM AÇÕES	
	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	03
c. Nº de membros remunerados	03
d. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
i. Em aberto no início do exercício social	0
ii. Perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Exercidas durante o exercício social	Ainda não exercida
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	NA

8.6 Tabela com dados relacionados a cada outorga de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, da diretoria estatutária.

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2022:

	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão Estatutário	Diretoria
b. Nr. total de membros incluídos no Plano	01
c. Nr. de membros remunerados	01
d. Data da outorga	10/01/2022
e. Quantidade de opções outorgadas	396.073
f.Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2022 a 31/03/2022
g. Prazo máximo para exercício da opção	Até 31/03/2022
h. Prazo de restrição à transferência de ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2023; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2024; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2025;
i. Valor justo da ação na data da outorga	R$ 2,98
j. Multiplicação da quantidade de ações	*R$1.180.297,54

outorgadas pelo valor justo na data da outorga	
Observações: * É considerada remuneração, apenas a diferença entre o preço de venda da ação aos participantes do plano (R$2,42) e o valor da ação em Bolsa na data de exercício (R$2,67), ou seja, apenas o valor de R$0,25 por ação – R$99.018,25 **Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores	

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2023:

	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão Estatutário	Diretoria
b. Nr. total de membros incluídos no Plano	3
c. Nr. de membros remunerados	1
d. Data da outorga	09/01/2023
e. Quantidade de opções outorgadas	354.859
f.Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2023 a 31/03/2023
g. Prazo máximo para exercício da opção	Até 31/03/2023
h. Prazo de restrição à transferência de ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2024; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2025; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2026;
i. Valor justo da ação na data da outorga	R$ 2,40
j. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	*R$ 851.661,60
Observações: * É considerada remuneração, apenas a diferença entre o preço de venda da ação aos participantes do plano e o valor da ação em Bolsa na data de exercício **Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores	

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2024:

	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão Estatutário	Diretoria
b. Nr. total de membros incluídos no Plano	3
c. Nr. de membros remunerados	3
d. Data da outorga	08/01/2024
e. Quantidade de opções outorgadas	562.665
f .Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2024 a 28/03/2024

g.Prazo máximo para exercício da opção	Até 28/03/2024
g. Prazo de restrição à transferência de ações	35% ficarão liberadas a partir de Jan/2025; 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2026; 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2027;
h. Valor justo da ação na data da outorga	R$ 5,21
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	*R$ 2.931.484,65
Observações: * É considerada remuneração, apenas a diferença entre o preço de venda da ação aos participantes do plano e o valor da ação em Bolsa na data de exercício **Nenhuma das opções outorgadas foram exercidas até o presente momento ***Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores	

Opções previstas para 2025:

	PROGRAMA ANUAL OPÇÕES
a. Órgão Estatutário	Diretoria
b. Nr. total de membros incluídos no Plano	3
c. Nr. de membros remunerados	Opção ainda não exercida
d. Data da outorga	10/01/2025
e. Quantidade de opções outorgadas	743.431
f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2025 a 28/03/2025
g. Prazo máximo para exercício da opção	Até 28/03/2025
h. Prazo de restrição à transferência de ações	35% ficarão liberadas a partir de Jan/2026; 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2027; 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2028;
i. Valor justo da ação na data da outorga	R$ 6,71
j. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	*R$ 4.986.064,98
Observações: * É considerada remuneração, apenas a diferença entre o preço de venda da ação aos participantes do plano e o valor da ação em Bolsa na data de exercício **Nenhuma das opções outorgadas foram exercidas até o presente momento ***Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores	

8.7. Opções em aberto no final do último exercício:

	PROGRAMA	PLANO DE AÇÕES

	OPÇÕES (*)	RESTRITAS (**)
a. Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
b. Nr. Total de membros	03	03
c. Nr. De membros remunerados	01	03
d. Em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	NA	1.077.345
ii. data em que se tornarão exercíveis	NA	Após vencido o prazo de carência
iii) prazo máximo para exercício das opções	NA	2025
iv. Prazo de restrição à transferência de ações	NA	Prazo de carência
v. Preço médio ponderado de exercício	NA	Ainda não exercida
vi. Valor das opções no último dia do exercício social	NA	R$ 7,37
e. Em relação às opções exercíveis		
i. Quantidade	NA	Nada consta
ii. prazo máximo para exercício das opções	NA	Após vencido o prazo de carência
iii. prazo de restrição à transferência das ações	NA	Período de carência
iv. preço médio ponderado de exercício	NA	NA
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	NA	NA
f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	NA	NA
(*) Todas as opções outorgadas no exercício foram exercidas dentro do próprio exercício		
(**) As ações em aberto serão transferidas a medida que for vencendo o prazo de carência respectivo		

8.8. Tabelas referente opções exercidas relativas a remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2022:

PROGRAMA ANUAL		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	7	02
c.Nº de membros remunerados	0	01
d. Número de ações	NA	396.073
e. Preço médio ponderado de exercício	NA	R$2,42
f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas	NA	R$2,67
g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	R$99.018,25
Observações: * É considerada remuneração, apenas a diferença entre o preço de venda da ação aos participantes do plano e o valor da ação em Bolsa na data de exercício ** Ninguém exerceu as opções em 2020 dentro do Programa Anual		

Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores

PROGRAMA OPÇÕES RESTRITAS		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	2
c. Nº de membros remunerados	0	1
d. Número de ações	NA	21.950
e. Preço médio ponderado de exercício	NA	R$3,70
f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas	NA	R$2,47
g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	(-) R$26.998,50

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2023:

PROGRAMA ANUAL		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	7	02
c.Nº de membros remunerados	0	01
d.Número de ações	NA	354,859
e.Preço médio ponderado de exercício	NA	R$2,40
f.Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas	NA	R$2,40
g.Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	-0-
Observações: * É considerada remuneração, apenas a diferença entre o preço de venda da ação aos participantes do plano e o valor da ação em Bolsa na data de exercício Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores		

PROGRAMA OPÇÕES RESTRITAS		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	3
c. Nº de membros remunerados	0	2
d.Número de ações	NA	7.257
e.Preço médio ponderado de exercício	NA	R$2,92
f.Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas	NA	R$4,12
g.Multiplicação do total das opções exercidas pela		

diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	R$8.708,40

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2024:

PROGRAMA ANUAL		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	7	03
c.Nº de membros remunerados	0	03
d.Número de ações	NA	562.665
e.Preço médio ponderado de exercício	NA	R$5,21
f.Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas, na data de exercício	NA	R$7,53
g.Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	*R$1.305.382,80
Observações: * É considerada remuneração, apenas a diferença entre o preço de venda da ação aos participantes do plano e o valor da ação em Bolsa na data de exercício Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores		

PROGRAMA OPÇÕES RESTRITAS		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	3
c. Nº de membros remunerados	0	3
d.Número de ações	NA	84.090
e.Preço médio ponderado de exercício	NA	R$3,16
f.Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas	NA	R$8,49
g.Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	R$448.199,70

8.9. Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e Diretoria:

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

PROGRAMA OPÇÕES RESTRITAS		
b. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária

b. Nº total de membros	-o-	02
c. Nº de membros remunerados	-0-	01
a. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		

Exercício social encerrado em 31/12/2023:

PROGRAMA OPÇÕES RESTRITAS		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	-o-	03
c. Nº de membros remunerados	-0-	03
d. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		

Exercício social encerrado em 31/12/2024:

PROGRAMA OPÇÕES RESTRITAS		
b. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	-o-	03
c. Nº de membros remunerados	-0-	03
e. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		

Previso para o presente exercício social 2025

PROGRAMA OPÇÕES RESTRITAS		
c. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	-o-	03
c. Nº de membros remunerados	-0-	03
f. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		

8.10. Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente:

Outorgas realizadas em 2022

PROGRAMA ANUAL		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	2
c.Nº de membros remunerados	0	1
d. Data da outorga	NA	10/01/2022
e. Quantidade de ações outorgadas	NA	396.073
f. Prazo máximo para entrega das ações	NA	31/03/2022
g. Prazo de restrição à transferência das ações	NA	35% liberadas em Jan/23; 35% em

		Jan/24 e 30% em Jan/25
h. Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$2,98
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	R$1.180.297,54

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	07	2
c.Nº de membros remunerados	0	1
d. Data da outorga	NA	31/07/2022
e. Quantidade de ações outorgadas	NA	229.964
f. Prazo máximo para entrega das ações	NA	31/07/2025
g. Prazo de restrição à transferência das ações	NA	Durante período de carência
h. Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$2,47
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	R$568.011,08

Outorgas realizadas em 2023

PROGRAMA ANUAL		
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	2
c.Nº de membros remunerados	0	1
d. Data da outorga	NA	09/01/2023
e. Quantidade de ações outorgadas	NA	354.859
f. Prazo máximo para entrega das ações	NA	31/03/2023
g. Prazo de restrição à transferência das ações	NA	35% liberadas em Jan/24; 35% em Jan/25 e 30% em Jan/26
h. Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$2,40
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	R$851.661,60

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	2
c.Nº de membros remunerados	0	1
d. Data da outorga	NA	31.07.2023
e. Quantidade de ações outorgadas	NA	7.257

f. Prazo máximo para entrega das ações	NA	2026
g. Prazo de restrição à transferência das ações	NA	Durante prazo de carência
h. Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$4,12
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	R$29.898,84

Outorgas realizadas em 2024

PROGRAMA ANUAL		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	3
c.Nº de membros remunerados	0	3
d.Data da outorga	NA	08/01/2024
e.Quantidade de ações outorgadas	NA	562.665
f.Prazo máximo para entrega das ações	NA	28/03/2024
g.Prazo de restrição à transferência das ações	NA	35% liberadas em Jan/25; 35% em Jan/26 e 30% em Jan/27
h.Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$5,82
i.Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	R$3.274.710,30.

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	3
c.Nº de membros remunerados	0	3
d.Data da outorga	NA	Ainda não outorgada
e.Quantidade de ações outorgadas	NA	74.568
f.Prazo máximo para entrega das ações	NA	2027
g.Prazo de restrição à transferência das ações	NA	Durante prazo de carência
h.Valor justo das ações na data da outorga	NA	Ainda não outorgada
i.Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	Ainda não outorgada

Outorgas previstas para 2025

PROGRAMA ANUAL		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	3
c.Nº de membros remunerados	0	3
e.Data da outorga	NA	10/01/2025
f.Quantidade de ações outorgadas	NA	743.431
g.Prazo máximo para entrega das ações	NA	28/03/2025

h.Prazo de restrição à transferência das ações	NA	35% liberadas em Jan/25; 35% em Jan/26 e 30% em Jan/27
i.Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$7,36
j. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	R$5.471.652,16

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	7	3
c.Nº de membros remunerados	0	3
d.Data da outorga	NA	Ainda não outorgada
e.Quantidade de ações outorgadas	NA	163.848
f.Prazo máximo para entrega das ações	NA	2028
g.Prazo de restrição à transferência das ações	NA	Durante prazo de carência
h.Valor justo das ações na data da outorga	NA	Ainda não outorgada
iMultiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	Ainda não outorgada

8.11 Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios

Ações entregues em 2022

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	-o-	2
c.Nº de membros remunerados	-0-	1
d. Nº de ações	NA	21.950
e. Preço médio ponderado de aquisição	NA	R$3,70
f. Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	R$2,47
g. Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	R$26.998,50

Ações entregues em 2023

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	-o-	2
c.Nº de membros remunerados	-0-	1
e.Nº de ações	NA	7.257
f.Preço médio ponderado de aquisição	NA	R$2,92

g.Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	R$4,12
h. Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	R$8.708,40

Ações entregues em 2024

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS		
a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	-o-	3
c.Nº de membros remunerados	-0-	3
d.Nº de ações	NA	84.090
e.Preço médio ponderado de aquisição	NA	3,16
f.Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	8,49
g.Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	448.199,70

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a) Modelo de precificação do valor das opções/ações:
Conforme especificado no item 8.4. f.) acima, o preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações, a partir de 19/12/2012, é determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 (sessenta) pregões da B3, anteriores a data de início do período para compra ou subscrição das ações objeto do Plano, para as opções outorgadas no Programa Anual, e anteriores a data de assinatura do termo de outorga, para as opções outorgadas no Programa de Ações Restritas, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão, podendo, o Conselho de Administração conceder um desconto de até 20% no preço da compra ou subscrição das ações objeto do Programa Anual, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição ou subscrição das ações objeto do Programa Anual não poderá ser inferior a 80% do valor de Bolsa das ações no dia anterior ao da efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço de mercado na Data de Exercício. Anteriormente a 19/12/2012, o preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações era determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 30 (trinta) pregões da B3, anteriores a data de início do período para compra ou subscrição de ações objeto de cada Programa Anual.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo:

PROGRAMA ANUAL 2024:
- Preço médio ponderado das ações: R$7,53
- Preço de exercício: Ainda não exercida

- Volatilidade esperada: O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade;
- Prazo de vida da opção: 28/02/2024 a 28/03/2024
- Dividendos esperados: Nos termos do estatuto, no mínimo 25% do lucro remanescente, após as deduções legalmente previstas.
- Taxa de juros livre de risco: Não se aplica

PROGRAMA AÇÕES RESTRITAS 2024:
- Preço médio ponderado das ações: R$8,49
- Preço de exercício: R$6,48
- Volatilidade esperada: O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade;
- Prazo de vida da opção: 31.07.2027
- Dividendos esperados: Nos termos do estatuto, no mínimo 25% do lucro remanescente, após as deduções legalmente previstas
- Taxa de juros livre de risco: Não se aplica

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado: Não se aplica

d) Forma de determinação da volatilidade esperada: Não se aplica

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo: Não se aplica

Outras informações:
- O Regulamento do Plano de Opções da companhia não permite o exercício antecipado das opções;
- O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade.

8.13. Quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil e no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária ou Conselho Fiscal, agrupados por órgão (Posição 31.12.2024):

	MARCOPOLO S.A.	MARCOPOLO TRADING S.A (controlada)	BELLPART PARTICIPAÇÕES LTDA. (controladora)
CONTROLADORES	213.895.844 ações ord 49.569.944 ações pref	150 ações ON	231.560.000 quotas sociais
ÓRGÃOS TÉCNICOS E CONSULTIVOS	0 ações ord 0 ações prefer	0	0
CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	162.000 ações ord 509.167 ações pref	0	0
DIRETORIA	2.000 ações ord 5.222.646 ações pref	0	0
CONSELHO FISCAL	8.641 ações ord 394.014 ações pref	0	0

8.14. Tabela relativa aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários:

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos administradores, informamos que, em 2024, nenhum dos membros do Conselho de Administração era participante do Plano de Aposentadoria da MARCOPREV – Sociedade de Previdência Privada, patrocinado pela Companhia, apenas dois dos Diretores.

a. Órgão	Diretoria	Comitê Executivo / Conselho Administração
b. Número de membros	Dois	-0-
c. Número de membros remunerados		
d. Nome do Plano	Marcoprev	Marcoprev
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-0-	-0-
f. Condições para se aposentar antecipadamente	Mínimo de 60 anos de idade e 10 anos de vínculo com a Patrocinadora (Marcopolo).	
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no PLANO CD – Plano de contribuição definida até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$975.597,01	-0-
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas no PLANO CD - Plano de contribuição definida durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 216.105,09	-0-
Valor total acumulado das contribuições realizadas no PLANO BD - Plano de benefício definido	-o-	-0-
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	só é possível o resgate antecipado das contribuições realizadas diretamente pelo Participante e apenas quando o Participante se desligar da Patrocinadora.	

8.15. Tabela contendo o valor maior, menor e médio da remuneração individual do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal:

Remuneração dos administradores nos 3 últimos exercícios sociais:

a. Órgão	**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**		
	31/12/2022	**31/12/2023**	**31/12/2024**
b. Nº total de membros	7,0	7,0	7,0
c. Nº de membros remunerados	7,0	7,0	7,0
d. Valor da maior remuneração	2.281.338,68	3.425.454,15	4.742.472,50

e. Valor da menor remuneração	570.000,00	612.000,00	643.100,00
f. Valor médio da remuneração individual (total da remuneração dividido pelo nº de membros remunerados)	897.441,24	1.188.260,06	1.323.284,03

a.Órgão	**DIRETORIA**		
	31/12/2022	**31/12/2023**	**31/12/2024**
b. Nº de membros	2,0	2,75	3,0
c. Nº de membros remunerados	2,0	2,75	3,0
d. Valor da maior remuneração	6.421.569,84	4.901.625,84	7.461.415,68
e. Valor da menor remuneração	4.506.142,84	4.901.625,84	4.395.360,61
f. Valor médio da remuneração	5.463.856,34	4.703.814,33	6.047.330,13

a. Órgão	**CONSELHO FISCAL**		
	31/12/2022	**31/12/2023**	**31/12/2024**
b. Nº de membros	3,0	3,0	3,0
c. Nº de membros remunerados	3,0	3,0	3,3
d. Valor da maior remuneração	311.573,00	336.420,00	353.960,00
e. Valor da menor remuneração	245.601,00	265.200,00	279.010,00
f. Valor médio da remuneração	267.591,67	288.940,00	303.907,50

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Embora não exista previsão estatutária nesse sentido, a Companhia adota um Contrato de Indenidade aprovado pelo Conselho de Administração. Pelo referido Contrato, a Companhia se obriga a manter o administrador indene e a salvo, reembolsando-o ou realizando o pagamento diretamente, conforme o caso, com relação a todos e quaisquer prejuízos, despesas, custos ou outros valores de qualquer natureza, que venham a ser incorridos pelo administrador em decorrência de qualquer ato praticado ou fato ocorrido durante e em razão de seu mandato, no exercício das atribuições que ao mesmo competem (não havendo limite de valor), e desde que seja "ato regular de gestão", assim entendidos aqueles praticados pelo administrador, no exercício de suas funções, que não tenham decorrido de má fé, culpa grave, dolo ou simulação, observadas as caracterizações legais, e que não constituam ato fraudulento, ilícito ou contrário ao Estatuto Social da Companhia ou a lei ou regulamentação aplicável. Referido contrato tem prazo de validade de 10 anos, a contar da data que o administrador deixar o cargo. Cabe ao Comitê de Compliance definir/aprovar os nomes dos administradores que terão o direito de firmar Contrato de Indenidade com a Companhia, bem como avaliar se determinada despesa se enquadra ou não nas situações indenizáveis e se poderão ser pagas, adiantadas ou reembolsadas. Administradores que eventualmente façam parte do Comitê de Compliance não poderão participar do processo de avaliação de suas próprias despesas.

Referido contrato de indenidade não possui cláusula de indenização em caso de destituição ou aposentadoria do administrador.

A Companhia possui seguro com a Seguradora Chubb, Valor do prêmio líquido: R$ 46.050,00 Prêmio + IOF: 49.448,49 e cobertura (Limite máximo de garantia) de R$40.000.000,00.

Limite máximo de garantia:

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

- *Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria em 2022, 65,50% corresponde a remuneração de membros da Diretoria integrantes do grupo de controle. Do total pago pela Companhia aos membros do Conselho de Administração, 36,31% correspondem a remuneração de integrantes do grupo de controle, e do total da remuneração paga ao Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*

- *Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria em 2023, 12,92% corresponde a remuneração de membros da Diretoria integrantes do grupo de controle. Do total pago pela Companhia aos membros do Conselho de Administração, 48,30% correspondem a remuneração de integrantes do grupo de controle, e do total da remuneração paga ao Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*

- *Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal em 2024, não há percentual algum que corresponda a remuneração de partes relacionadas. Do total pago pela Companhia aos membros do Conselho de Administração, 51,20% corresponde a remuneração de integrantes do grupo de controle.*

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por ⌈órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Em 2022:
Nenhum valor foi pago pela companhia em 2022 aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Em 2023:
Nenhum valor foi pago pela companhia em 2023 aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Em 2024:
Nenhum valor foi pago pela companhia em 2024 aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Nenhum valor foi pago, nos 3 últimos exercícios sociais, aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, a título de comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

8.19. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Em 2022:

Em 2022, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

Em 2023

Em 2023, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

Em 2024

Em 2024, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

Nenhum valor foi pago nos 3 últimos exercícios sociais, aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia.

8.20. Outras informações que a companhia julga relevantes:

Observações Ano 2022:
Nada consta

Observações Ano 2023:
Nada consta

Observações Ano 2024
Nada consta